



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2022 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL

-----Aos vinte e sete do mês de abril de 2022, no Auditório Conde Ferreira, em Sesimbra, realizou-se pelas vinte e uma horas, a primeira reunião da sessão ordinária de abril da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência do Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, e secretariada pelos Srs. Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Primeiro e Segundo-secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**1. “Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e Prestação de Contas de 2021”** -----

-----**2. “Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2021”** -----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU - João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Victor Ribeiro Antunes, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Rui João Graça Rodrigues, Paula Alexandra Cacela Graça Rodrigues, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro, Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes e Pedro Miguel Pinto Mendes; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PS –Ricardo Alves Mendes, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão Mata, Paulo do Carmo de Sá Caetano, Andredina Gomes Cardoso, António Fernando Amiano Marques, Catina Saloio Ribeiro Faneca e Mónica Cristina Sousa Oliveira Valadas. -----

-----Pelo Grupo Municipal do Chega – Maria Madalena Cartaxo Serra e Silvia Marina Melo Montanha.

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) - Germano Óscar Amorim de Barros e Miguel Tomás Cristóvão Nunes; -----

-----Pelo Grupo Municipal do BE- Jaime Vaz dos Santos. -----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU – João Miguel Mateus Castanho. -----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel Jesus Gomes, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Alberto Pólvora Anjos Cruz. -----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas. -----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS),

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Francisco Manuel Firmino de Jesus e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Maria Argentina Amiano Marques e Márcio António de Sousa Oliveira.-----

-----O **Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes bem como o público que assistia à transmissão em direto a partir de casa e justificou em seguida as ausências da Deputada Luísa Carvalho do GM do PS que se fazia substituir pelo Deputado António Marques, bem como o Deputado Pedro Mesquita e o Deputado Sérgio Faias que se faziam substituir pela deputada Catina Faneca, e pela Cidadã Mónica Valadas, respetivamente, que tendo sido confirmada a sua identidade e legitimidade, participaria nos trabalhos da sessão -----

-----O **Presidente da AMS** deu ainda as boas-vindas à Deputada Mónica Valadas, desejando que a sua presença fosse como a dos restantes colegas, sempre com vista a um trabalho profícuo na AMS. -----

----- Justificou ainda a ausência do Deputado Carlos Macedo, do GM do BE, que se fazia substituir pelo Deputado Jaime Vaz dos Santos. -----

-----Ainda justificou a ausência da Vice-Presidente, Felicia Costa e do Vereador Nelson Pólvora que por motivos de saúde não podiam estar presentes, assim como o Vereador Alfredo Miguel Fernandes que estava, em representação do Município, numa iniciativa do seu pelouro. -----

-----Informou que na presente sessão não estava incluído o Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD), por decisão da Comissão de Líderes, já que o próprio Regimento da AMS previa que, quer esta sessão quer a sessão de novembro, pudessem ter esta particularidade devido à densidade das matérias que vinham ao plenário. -----

----- Informou também que integrou uma delegação do Município ao Brasil, no âmbito da primeira edição do Finisterra Brasil, juntamente com o Presidente da Câmara, a Vereadora Argentina Marques e o Músico Sesimbrense Nuno Reis, entre outros Sesimbrenses que tinham estado também presentes no Festival. -----

----- Acrescentou que esta tinha sido uma iniciativa bastante produtiva, com uma semana de muito trabalho porque tinham ocorrido inúmeras reuniões entre autarcas, com um sistema político diferente, desde a prefeitura, a Câmara, os vereadores e os deputados estaduais do Estado da Bahia. -----

-----Tinha havido também muitos intercâmbios com agentes culturais, quer dos próprios quer do músico que acompanhava, assim como relações com empreendedores daquela e de outras regiões do Brasil e até de outros países. No fundo, daquilo que se pretendia desta delegação, que era levar Sesimbra àquele pedacinho do Mundo, tinham conseguido com distinção.-----

-----Disse que estava ocorrente de que os trabalhos, nomeadamente a reunião conjunta de todas as

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

comissões, realizada no dia 18 de abril, tinha sido muito produtiva e que tinha corrido tudo muitíssimo bem, assim como as celebrações do 25 de Abril, o que muito satisfazia.-----

-----Informou também que no seio da Comissão de Líderes, tinha sido previsto a divisão da presente sessão em duas reuniões, devido à densidade das matérias e pelo facto de estarem a reunir a meio da semana.-----

-----Informou ainda que a reunião conjunta das comissões “2” e “4”, a realizar no dia 29 de abril, com a presença do Presidente da CM, já estava confirmada.-----

-----De seguida, colocado à votação a divisão da sessão, a Assembleia Municipal **deliberou, por unanimidade, dividir a sessão em 2 reuniões sendo que a segunda reunião se realizará no dia 6 de maio (sexta-feira), pelas 21h00 no Auditório Conde de Ferreira, bem como alterar a ordem dos pontos e organização, ficando do seguinte modo:**-----

-----Reunião de 27/04/2022:-----

-----Período Aberto às Intervenções dos Cidadãos;-----

-----Período da Ordem do Dia com os seguintes pontos:-----

-----1. Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e Prestação de Contas de 2021;-----

-----2. Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2021.-----

-----Reunião de 06/05/2022:-----

-----Período Aberto às Intervenções dos Cidadãos;-----

-----Período da Ordem do Dia com os seguintes pontos:-----

-----3. Apreciação da Atividade Municipal;-----

-----4. Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL) – constituição – Eleição de um (a) Presidente de Junta de Freguesia;-----

-----5. 19.ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens.-----

-----Colocou também à votação, a **ata da primeira reunião da sessão ordinária de dezembro de 2021 realizada no dia 28**, que foi **aprovada por unanimidade**.-----

-----Logo após, declarou aberto o **Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos (PIAC)**, informando que havia uma inscrição do Múncipe Carlos Manuel Sargedas, da Arrábida Film Commission, com o assunto da participação dos representantes da Autarquia de Sesimbra, no Brasil, na primeira edição do Festival Finisterra.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Múncipe Carlos Sargedas**, que começou por cumprimentar todos os

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

presentes e dizer que era com muito orgulho enquanto sesimbrense que vinha aqui falar um pouco da participação de Sesimbra no Festival Finisterra, na primeira edição no Brasil.-----

-----Como sabiam, a Arrábida *Film Comission*, há 10 anos que tinha o Finisterra Arrábida, no fundo para promover a Região da Arrábida para o cinema, e ao longo destes 10 anos tinham conseguido trazer várias pessoas com produções cinematográficas. Referiu que ainda hoje tinha falado com uma produção que estaria durante esta semana na região. -----

-----Disse que o facto era que haviam proposto há 10 anos, levar este festival até ao Brasil e mais longe, e começar a levar, a partir dos convites que vinham recebendo ao longo dos vários anos, uma rede de festivais finisterra para fazer exatamente o contrário, além de levar as pessoas a Sesimbra, agora a ideia era levar Sesimbra ao Mundo, e isso era também levar uma exposição de fotografias, como tinha sido feito, levar também a parte institucional para relações comerciais, culturais, e a parte artística que era também uma forma de expressão. -----

-----Disse que tiveram a oportunidade de ver alguns dos filmes realizados em Sesimbra, por vários realizadores de vários países, o que ao passarem noutros países, estavam automaticamente a promover não só o Concelho como o Distrito e até o País, gratuitamente. -----

-----Referiu que tinha estado em fevereiro no Brasil para preparar tudo isso e com o Presidente da CM, do Presidente da AM, da Vereadora Argentina Marques e também do artista Nuno Reis, que tinha sido convidado para levar um bocadinho da música portuguesa, mas também da música de Sesimbra. Tinha sido preparada também a parte da inclusão com a cultura brasileira, fazendo o mesmo tocar com outros artistas. -----

-----Disse que Sesimbra e a Cidade de Cachoeira, que ficava a 200 quilómetros de São Salvador, parecia que era do outro lado do mundo de tanto que estava parado no tempo, mas ao mesmo tempo tinham conseguido capitalizar todo este festival, de tal maneira intensa, que tinham ficado surpreendidos. - Não sabia quantas entrevistas, a quantas televisões ou a quantos canais multimédia tinham aparecido, e tinham feito muitas entrevistas aos Presidentes. -----

-----Sesimbra tinha sido muito bem captada. Tinham estado presentes desde Deputados do Governo do Estado da Bahia até deputados de vários estados. O recôncavo da Bahia era de 35 cidades, das quais oito haviam participado na primeira edição. Não podia estar mais grato e orgulhoso de ver Sesimbra daquela forma, e, sobretudo, pela forma como tinham sido recebidos. -----

-----Disse que foi propositado, embora não concordasse muito com a data, a realização da Finisterra Brasil, que era também a data da Independência do Brasil, com uma sessão solene na Assembleia Municipal, onde o Presidente da CM e da AM de Sesimbra tinham brilhado por completo. -----

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Explicou que o Presidente da CM de Sesimbra tinha tido a honra de encerrar uma sessão que tinha sido qualquer coisa de extraordinário e que, enquanto Portugueses e Sesimbrenses, tinham sentido um orgulho imenso. Tinham-se sentido muito bem recebidos. A Vereadora Argentina Marques, na sua particularidade do turismo e na parte das legislações, tinha sido extraordinária. -----

-----Tudo isto tinha criado uma dimensão para o festival dos próximos anos. Daqui a 2 meses estaria na Turquia e depois na Grécia, já que a mesma havia convidado Sesimbra a estar presente. o Festival Finisterra tinha sido também convidado para fazer uma edição no México, em Espanha e na Tailândia. Isto carecia de muito tempo de trabalho e não era fácil, ainda para mais quando falavam de milhares de quilómetros que tinham custos acrescidos. Ainda não tinham aceitado os convites, mas o facto era que era extremamente estimulante e gratificante que ao fim de 10 anos comesçassem a perceber que o mundo os olhava de outra forma. -Disse que as imagens falavam mais do que mil palavras e solicitou autorização para a transmissão de um vídeo sobre uma notícia que tinha saído na imprensa, na televisão, e outro vídeo de cerca de 3 minutos com um resumo do que se passava no festival. -----

-----Referiu que havia um realizador de Hollywood que estava a fazer um trabalho sobre Portugal, bem como outros atores e outros realizadores. Portugal tinha estado muito bem representado, e por pena não tinham vencido o prémio por apenas 1 décima, tendo Viena Vencido os 5 principais prémios. Acrescentou que a Câmara Municipal de Barcelos também tinha sido muito bem representada pelo seu vereador. ----

-----Disse que só “em cima da hora” tinham sabido que um Sesimbrense tinha vencido um prémio, mas que foi com muito orgulho que atribuíram o prémio da categoria “*drone*”, a um quintacondense, que, para uma primeira edição, não estavam minimamente à espera.-----

-----De seguida, tendo sido solicitado pelo Cidadão Carlos Sargedas, foi projetado um vídeo alusivo à realização do Festival.-----

-----Terminada a transmissão do vídeo, foi solicitado o uso da palavra pelo **Deputado Paulo Caetano**, que cumprimentou todos os presentes e felicitou o amigo e sesimbrense Carlos Sargedas por esta iniciativa. Referiu que levar Sesimbra desta forma para o outro lado do Atlântico era um feito importantíssimo e queriam manifestar essa satisfação e congratular por esta iniciativa. Manifestar também a satisfação e o agrado pelo facto de a delegação do Município de Sesimbra ter sido tão bem representada e recebida, pelos relatos que já tinham ouvido e por este vídeo, isso era nitidamente notório. Olhavam para isso com muita importância para esta região, para este Município e para o nome de Sesimbra. -----

-----Disse em seguida que queria registar só uma pequena particularidade referindo que devia ser um feito inesperado e impensável, de terem visto a “Argentina” tão bem recebida no Brasil, a Vereadora

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Argentina Marques, mas acima de tudo registar a satisfação por esta participação de Sesimbra através do Carlos Sargedas e do Município, nesta iniciativa que parecia muito importante até para a divulgação turística e a importância desta região.-----

-----Usou da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que, perante este pequeno filme e a intervenção do Carlos Sargedas, que já conhecia há muitos anos, dava os parabéns pela organização, porque para quem havia assistido à 1ª Edição do Finisterra no Cineteatro Municipal João Mota, na Sala Mário João Sargedas, por coincidência, irmão do Carlos Sargedas, e hoje via o Finisterra “saltar” para o outro lado do Atlântico a representar Sesimbra, era de facto um grande orgulho para todos os sesimbrenses. -----

-----Aquilo que a Bancada da CDU podia desejar ao Carlos Sargedas, era a continuação deste excelente trabalho que vinha produzindo em prol da cultura sesimbrense, um acérrimo defensor da região de Sesimbra, do Cabo de Espichel e da Arrábida, dar os parabéns e que este continuasse com este profícuo trabalho, que já foi ao Brasil e atravessou o Atlântico, esperavam que agora atravessasse o Oceano Pacífico ou Índico.-----

-----Usou em seguida a palavra a **Vereador Argentina Marques** que cumprimentou todos os presentes e sugeriu ao Cidadão Carlos Sargedas que entregasse ao Presidente da CM, o troféu que a mesma havia recebido em nome da Câmara Municipal de Sesimbra. -----

-----Interveio em seguida o **Presidente da AM**, que cumprimentou todos os presentes e disse que, terem tido a oportunidade de falar na sessão, naquele palácio com todo aquele simbolismo, tinha sido um momento bastante importante.-----

-----De seguida, foi por todos os presentes aclamado, a apresentação da 1ª edição do Festival Finisterra Brasil Afro Barroco Film Art & Tourism Festival em Cachoeira, Estado da Bahia, no Brasil.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM**, que cumprimentou todos os presentes e disse que todos tinham a percepção clara do impacto que havia representado e, conforme impressões que havia trocado várias vezes durante os dias que tinham estado no Brasil, percebiam que o próprio Carlos Sargedas e a organização Arrábida Film Comissão tinham alguma apreensão por ser um projeto novo pela primeira vez no Brasil, com um curto espaço de tempo de preparação.-----

-----O que podia dizer era que, confirmando aquilo que foi visto por todos, foram excelentemente bem recebidos por toda a comitiva do Brasil, aos mais diversos níveis, fosse das associações, das autarquias locais, dos municípios, das organizações supramunicipais. Tinham tido um cuidado extremo sempre com aquilo que para eles era importante, que era perceber algumas dinâmicas em Portugal, na Europa, fosse

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

no ponto de vista do turismo, fosse do ponto de vista de festivais desta característica ou do ponto de vista cultural.-----

-----Disse que, indo uma representação do mais alto nível, nomeadamente o Presidente da Câmara, a Vereadora do Turismo, o Presidente da Assembleia Municipal e, obviamente, também o Nuno Reis que havia “abrilhantado” de certa forma, até porque era uma segunda dimensão que tinham também numa avaliação muito prévia antes do festival, que era a possibilidade de haver, se não fosse numa perspetiva de desenvolvimento económico e do ponto de vista turístico, haveria sempre uma dimensão cultural que podia ser aferida com as autoridades locais do Brasil, onde se realizava o Finisterra. Podia ser sempre o “win win” para as duas partes, ou seja, levar Sesimbra ao Brasil e o Brasil trazer a Cachoeira a Sesimbra.

----- Aquilo que podiam hoje, sem margem para dúvidas, afirmar, era a presença e notoriedade de Sesimbra, e era isso que era importante, particularmente naquele destino, e não tinha sido “inocente” perceberem que era importante lá estarem nesta perspetiva, e tinha sido de facto esse um dos motivos que havia levado a um conjunto de conversas mais institucionais com os representantes das prefeituras, não apenas aquela que os havia recebido como todas as outras envolvidas, nomeadamente o Secretário de Estado da Cultura, o Secretário de Estado do Turismo, a Secretária de Estado da Educação do Governo Estadual, os vários deputados estaduais de diversas forças políticas, deputados federais que também lá tinham estado em reuniões, mesmo que informais, tinha sido numa perspetiva de perceber como é que para eles seria importante dinamizar em Portugal o destino Salvador Bahia no seu conjunto, e também no interior que precisava e tinha um potencial imenso, e num Estado que tinha 15 milhões de habitantes, com voos diretos para Portugal, um voo por dia em escala com Recife com um preço idêntico ao voo direto, e, sabendo que num período pré-pandemia o mercado brasileiro era o principal mercado da região de Lisboa, era extremamente importante posicionar também Sesimbra nesse mercado internacional.-----

-----Nessa perspetiva, a relação custo-benefício foi altamente produtiva para o destino Sesimbra, não havia dúvidas nenhuma disso, e com um conjunto de contactos que se tinham feito e que se poderiam fazer ao longo do ano, de uma forma até coordenada através do festival, podiam aumentar esse posicionamento e essa notoriedade de Sesimbra a uma escala ainda mais Estadual, e obviamente ter também o Estado da Bahia, por via de Sesimbra, a sobretudo aqui numa região que era a maior do País, a Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Disse que ganharam todos muito nesta relação nesta relação partilhada com os colegas do Brasil e referiu que tinha havido uma vontade, do lado do Brasil, mesmo confrontados que era esta também a pretensão do ponto de vista institucional, para além das atividades culturais e de alguma relação cultural



Assembleia Municipal de Sesimbra

que podiam ter na perspetiva “win-win”, que havia uma tentativa clara de Sesimbra se posicionar no mercado que era extremamente estratégico para a região de Lisboa e que não deixava de ser estratégico para Sesimbra também, e tinham percebido claramente e abriram todas as portas para que Sesimbra pudesse ter efetivamente essa notoriedade e essa presença neste mercado com 15 milhões de habitantes.

-----O Custo foi apenas o das viagens dos representantes, porque o alojamento, a alimentação e toda a logística tinha sido assegurada pelos parceiros de lá. Agora, teriam de fazer o mesmo aqui. Disse que tinha estado apenas metade do período, que tinha sido importante para fazer presença mais institucional e trocar impressões, mas quer a Vereadora Argentina, quer o Presidente da Assembleia Municipal, tinham tido contatos posteriormente a estes e certamente que teriam aprofundado mais esta relação entre Sesimbra e o Estado da Bahia, particularmente os municípios do recôncavo, que era um conjunto significativo. -----

-----Inclusivamente havia matérias que não tinha a ver com questões diretamente relacionadas com a atividade municipal do posicionamento turístico e estratégico, mas tinham falado nisso também e sobre a perceção do local, não tinham dúvidas nenhuma nisso. Podia até haver margem de algum negócio e de algumas atividades comerciais e empresariais que fossem no âmbito da reabilitação urbana que era fundamental, na recuperação do património para eles que neste momento estava em cima da mesa, até no ponto de vista daquilo que era uma alavancagem turística. -----

-----A cidade em que tinham ficado tinha uma história fantástica de uma recuperação patrimonial associada a um usufruto mais efetivo daquilo que eram as suas próprias condições, que garantidamente traria uma visão turística completamente diferente daquela que eles hoje aparentemente tinham, mas também naquilo que era o turismo natureza, o turismo náutico com todos os planos de água que eles tinham, não apenas do Rio, mas também um grande lago. -----

-----Tinha sido de facto um momento e um período fantástico. Se não tivesse corrido tão bem, também estariam aqui para dizer isso. Com toda a franqueza do mundo, que julgava poder estender à Vereadora Argentina e ao Presidente da AM principalmente, diria que tinha superado largamente as expectativas que teriam eventualmente nesta delegação e nesta viagem. Portanto, agradecia mais uma vez. Tinha aqui um caminho para fazer. As portas estavam abertas e agora era fazer o caminho para entrar. -----

-----De seguida, o **Presidente da AM** declarou aberto o Período da Ordem de Trabalhos, referindo que tinham como primeiro ponto: “inventário de todos os bens direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e prestação de contas 2021” e como segundo ponto: “Aplicação do resultado líquido do exercício 2021”. Acrescentou que, como era habitual, na discussão e nos esclarecimentos, os dois pontos iriam-se

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

cruzar muitas vezes, mas naturalmente, deliberariam sobre cada um, ponto a ponto, embora a se fossem cruzando.-----

----- Disse que no passado dia 18 tinha havido aqui nesta mesma sala, uma reunião com todas as comissões e com a presença do Vereador José Polido, do técnico da Autarquia, Dr. António Mendonça e da Técnica da Catarina Fernandes. Era uma reunião que faziam habitualmente sobre estas matérias que cruzavam também aquilo que era o âmbito das diferentes comissões.-----

-----Na reunião tinham sido colocadas questões que tinham sido esclarecidas, de acordo com a informação que havia recebido porque não tinha estado presente. -----

-----Em seguida, agradeceu aos técnicos a disposição para fazer esses esclarecimentos, e passou a palavra ao **Presidente da CM** para que fizesse a apresentação dos pontos da ordem de trabalhos, que cedeu em seguida ao Vereador José Polido, justificando que, uma vez que tinha estado ausente por motivo de férias e o Vereador tinha tido as “despesas do jogo” em toda esta dimensão do relatório e prestação de contas 2021, desta feita, competir-lhe-ia, em sequência a toda esta atividade, sobretudo nas reuniões de Câmara, nesta matéria, apresentar o relatório e aquilo que seria a aplicação das verbas relativamente ao orçamento de 2022. -----

-----**O Vereador José Polido** começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a sua intervenção iria demorar cerca de 1 hora, para não “maçar” muito, porque se fosse fazer uma apresentação exaustiva, estariam aqui a noite toda até de manhã, e, portanto, iria tentar ser o mais breve e sucinto possível, mas de forma que quem estivesse em casa conseguisse compreender alguns dados do Município.

-----Referiu que o ano de 2021 tinha sido o segundo ano de vigência do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas - SNC-AP. Até então utilizavam o Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais (POCAL), entretanto, as regras contabilísticas tinham sido alteradas, e o Município de Sesimbra, à semelhança de todos os municípios de norte a sul do país, tinham tido de alterar a sua política contabilística bem como o reporte financeiro da mesma.-----

-----Disse que este tinha sido um ano de extrema exigência onde tiveram de fazer algumas adaptações, nomeadamente aos ativos fixos, entre outras matérias, mas mais propriamente às depreciações dos mesmos. Tinha sido um trabalho muito árduo por parte do Departamento Financeiro, nas mais diversas áreas, para que hoje estivessem aqui a votar este documento. -----

-----Havia sido também um trabalho muito exigente porque tinham tido sempre a equipa auditora a verificar as contas, e foi “ponto de honra” terem hoje também aqui presente, o Relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC) para que pudessem votar em consciência.-----

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Este orçamento de 2021 também tinha tido o impacto fruto da Covid-19. Em 6.01.2021 tinha sido decretado o Estado de Emergência, bem como a 14.04, passando para estado de calamidade em 30.04, com um esforço de todos para tentar conter esta doença e proteger os cidadãos e a respetiva resposta do Sistema Nacional de Saúde (SNS). -----

-----Tinha havido várias medidas restritivas que vieram penalizar, particularmente, o pequeno comércio e os estabelecimentos de restauração e bebidas que constituíam um importante suporte da economia do Concelho, sobretudo a parte da restauração e do alojamento local. Foi neste contexto que a CMS havia decidido apoiar estas atividades, com medidas que aliviassem os seus encargos, nomeadamente concedendo isenção total ou parcial das taxas municipais devidas pela ocupação do espaço público, em particular as esplanadas, a publicidade, os mercados municipais e as feiras, até 31 de dezembro do ano transato. A Câmara Municipal decidira ainda, durante o estado de emergência, aplicar uma redução de 10% em todos os escalões da tarifa variável dos serviços urbanos - água, saneamento e resíduos, mais concretamente, a fatura da água.-----

-----Por outro lado, e face às sucessivas medidas restritivas impostas, procedera à suspensão dos contratos de exploração dos equipamentos municipais, restauração e bebidas, entre outros. Tinha decidido também reduzir em 50% as rendas devidas pelas concessões e procedera ainda à suspensão do pagamento das tarifas nos parques de estacionamento dos lugares concessionados.-----

-----Relativamente ao centro de incubação das empresas de Sesimbra, mais conhecido por CAIES, a funcionar na antiga Escola Primária de Santana, fora aprovado também na reunião de CMS, a isenção do pagamento das quantias devidas pela ocupação das áreas afetas ao espaço, e após o término do estado de emergência fora aplicada uma redução de 50% no valor a pagar pelos utilizadores desses mesmos espaços. -----

-----A CM continuava a dinamizar o fornecimento de serviços de bens essenciais em articulação com as IPSS e as Juntas de Freguesia, para apoio alimentar às famílias do Concelho em dificuldade através das redes de instituições locais, mantivera o fornecimento dos cabazes alimentares nas pausas letivas a todas as crianças com escalão A. Tinham sido fornecidas gratuitamente refeições nos diversos estabelecimentos de ensino às crianças e alunos sinalizados com situações de carência alimentar e ainda aos filhos dos trabalhadores dos serviços essenciais que frequentaram as escolas de acolhimento ficando ainda isentos do pagamento da chamada CAF - Componente de Apoio à Família. -----

-----Fora desenvolvido um grande esforço de contenção da propagação da COVID-19 com a realização de testes antigénio à generalidade da população, como fora visível um pouco por todo o concelho. Neste

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

aspecto a CMS contara com a colaboração dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra na cedência de uma ambulância e de um elemento a acompanhar o enfermeiro que realizava os testes. -----

-----Os sucessivos estados de emergência e encerramentos dos estabelecimentos tinham resultado num grande impacto nos munícipes a vários níveis, entre eles o económico e o psicológico. Neste sentido tinham sido criadas linhas de apoio dedicadas ao cidadão, famílias e empresas, no sentido de prestar esse apoio psicológico e o acompanhamento nas situações de maior vulnerabilidade económica. -----

-----Face ao anteriormente dito, as despesas ocorridas com as medidas de combate desde o início do COVID-19 e até a 31 de dezembro de 2021, totalizaram 2,9 milhões de euros, e até hoje, o Estado Português, apesar de todas as diligências e todos os dados enviados, transferira para o Município de Sesimbra, 0€. Para além dos 2,9 milhões de euros, entre as medidas toda anunciadas anteriormente, o Município tinha deixado de receber, entre taxas, licenças, multas e outras penalidades - feiras e mercados, ocupação da via pública, rendimentos de propriedade, rendas de habitações e de outros espaços municipais, vendas de bens e serviços, incluindo fornecimento de água, recolha e tratamento de esgotos, recolha de lixo, a redução do Parque de Campismo do Forte do Cavalo, Piscina e parquímetros - A CMS previa uma não arrecadação de receita superior a 1 milhão e 56 mil euros, ou seja, no total, com a Covid, o Município de Sesimbra teve um encargo de cerca de 4 milhões de euros. -----

-----Relativamente ao Reporte financeiro, este ano era sem dúvida o melhor ano de execução a nível do orçamento, ou seja, aquele que tinha tido o maior índice de execução orçamental, com uma taxa 94,19% da taxa de execução no que dizia respeito à receita. O que significava que quando estavam a projetar há 17/18 meses, e algumas pessoas diziam que não era exequível, este era o sinal claro de que as contas estavam certas, estavam no bom sentido e tinham sido bem projetadas. Acrescentou que este contexto todo tinha sido concebido num cenário de conceção de benefícios e algumas isenções. Não haviam aumentado os tarifários urbanos- água, resíduos e saneamento - desde 2015, e tinham também o IMI em 0,4%, já há pelo menos 15 ou 16 anos. -----

-----A política tinha sido a de manter uma estabilidade ao nível da receita, não aumentando os impostos, apesar da receita ter vindo a aumentar. Um dos fatores que estava aqui referenciado para uma boa execução, tinha a ver com um imposto em particular, o IMT, que tinha tido um comportamento para o dobro daquilo que estava inicialmente projetado, nomeadamente, 74,22%, o que revelava que o território era atrativo, que as pessoas se sentiam bem e que tinham uma valorização do património do Município.-----

-----Comparativamente com o ano passado, que tinham tido já uma taxa de execução bastante boa, de

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

90,92%, este ano tivera uma taxa de 94,19%, ou seja, com a dotação corrigida, com a incorporação do saldo, tinham uma receita corrigida de 64 milhões e 248 mil euros, a receita cobrada tinha sido de 60 milhões e 701 mil euros, o que dava uma taxa de execução de 94, 19%. Do IMT, em plena pandemia, tinham recebido 12,030 milhões, ou seja, os cidadãos e as empresas tinham procurado o território. Acrescentou que esta execução podia ter sido ainda melhor, se tivessem utilizado os 2 milhões que a AM havia autorizado o Município a contratar, esta taxa de execução seria de 95 ou 96%, muito próximo dos 100%.

-----No que dizia respeito à despesa, tinham tido uma despesa paga, em 2021, de 54 milhões e 291 mil euros face a 50 milhões e 835 mil euros de 2020. Uma despesa realizada de 54 milhões e 913 mil euros, o que queria dizer que praticamente toda a despesa realizada tinha sido paga. A diferença não chegava a 700 mil euros. A despesa comprometida tinha sido de 61 milhões e 108 mil euros, e a despesa orçamentada 64 milhões 448 mil euros. Isto queria dizer que para realizar qualquer tipo de despesa, primeiro tinha de ter a despesa orçamentada, a seguir tinha de fazer uma cabimentação, e depois o compromisso, que tinha de ser sempre com valores inferiores a essa mesma cabimentação e, depois, quando tinham o compromisso, havia depois a fatura que entrava para que a Câmara honrasse os seus compromissos, e em seguida procediam ao seu pagamento. -----

-----A taxa de execução tinha sido de 84,24%, em sintonia com o que tinha sido feito no ano transato, mas cujo valor de pagamento foi inferior, nomeadamente de 50 milhões e 835 mil euros.-----

-----No que respeitava às despesas de capital, disse que a CMS vinha mantendo um valor mais ou menos idêntico, no ano passado tinha 14 milhões e 420 mil euros realizado e 14 milhões e 218 mil euros pago, ficando uma pequena diferença, que era das faturas que entravam praticamente no final, e este ano tinham tido uma despesa realizada 15 milhões 231 mil euros e tinham pagado 15 milhões 227 mil euros, o que significava que todos os investimentos que faziam, no final do ano estava tudo praticamente liquidado. -

----- As taxas de execução das despesas correntes e de capital, dos 64 milhões e 448 mil euros, haviam cabimentado cerca de 97,15%, ou seja, 62 milhões 610 mil euros. Desse, assinavam contratos ou comprometiam-se com terceiros, de 61 milhões 108 mil euros, ou seja, 94,82%. Foi realizado 54 milhões e 913 mil euros, 85%, e tinham pagado 54 milhões 291 mil euros, ou seja, uma taxa de execução de pagamento de 84%, o que considerava ser uma excelente taxa de execução.-----

-----Relativamente às Grandes Opções do Plano, disse que incorporava o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades mais relevantes. -----

-----Referiu que inicialmente, no orçamento, tinham previsto umas GOP de 28 milhões 863 mil euros e tinham sido pagos 22 milhões e 194 mil euros, ou seja, uma taxa de execução de 76,89%.-----

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----De seguida, passando para uma análise mais técnica e financeira, disse que aquilo que tinham conseguido libertar, e por isso se chamava de “saldo gerência”, que era vulgarmente conhecido pelo dinheiro que tinham nos bancos e em caixa, haviam cobrado 60 milhões e 701 mil euros de receita, e pago 54 milhões e 291 mil euros, ficando com um saldo de gerência de 6 milhões e 409 mil euros, ou seja, quase o dobro daquele que vinha sendo feito nos anos anteriores e, nomeadamente em 2020, que tinha sido até 3 milhões e 603 mil euros. -----

-----Este resultado era extremamente positivo pela seguinte razão: Tinham uma receita cobrada de 2 milhões de euros e uma despesa corrente paga de 39 milhões de euros, o que significava que o Município conseguia ter uma poupança corrente de 13 milhões e 568 mil euros, que por sua vez significava que o Município conseguia gerar receita para fazer face aos investimentos.-----

-----Como todos sabiam, no FEF de Capital (Fundo de Equilíbrio Financeiro), que era a transferência que vinha do Orçamento de Estado, era de 232 mil euros, portanto não dava para fazer rigorosamente nada, com uma particularidade, também com estas novas regras, tinham de afetar essas verbas a um bem porque tinham de deferir essa mesma receita em função da depreciação desse bem. Se fosse, por exemplo, afeto a uma obra neste edifício, para lhe dar um período de vida útil maior, tinha de diferir esse mesmo proveito em cerca de 50 anos, que era o prazo de vida útil máximo do imóvel. Se fosse para uma viatura, podia pôr entre 4, 6 ou 8 anos e, normalmente, como este valor não chegava para comprar um carro do lixo, alocavam sempre a uma viatura dessas porque o valor era insuficiente. -----

-----Por outro lado, tinham uma insuficiência da receita de capital, que só cobravam 4 milhões e 452 mil euros, e gastavam 12 milhões 527 mil euros, ou seja, tinham um défice de 10 milhões que iria compensar com o valor da receita corrente de 13 milhões. Isto fazia com que tivessem um saldo orçamental de 6 milhões 409 mil euros, que era o que iria servir, se assim entendessem, para reforçar o orçamento que foi votado o ano passado, que entrou em vigor em 2022. Podiam utilizar a totalidade, parte ou nada deste mesmo saldo se assim entendessem.-----

-----Relativamente ao endividamento municipal, tinham de endividamento de curto prazo, aquele que era o corrente a fornecedores, 2,8 milhões de euros, onde se incluía os grandes fornecedores e os grandes credores do município, no final do ano, eram estes a EDP com 320.000€, a SIMARSUL com 479.000€, a AMARSUL com 422.000€, outros credores 1.146.000€ e fornecedores de investimentos 525.000 €. -----

-----O endividamento tinha vindo paulatinamente a descer desde 2013. Como sabiam, até à entrada da Troika em Portugal, aos municípios era lhes oferecida a possibilidade de transformar crédito de curto prazo em crédito de médio/longo prazo, ou seja, para realizarem investimento tinham de realizar esse mesmo



Assembleia Municipal de Sesimbra

investimento com o dinheiro que tinham em tesouraria, e portanto, grande parte dos municípios em Portugal, tinham se endividado até que depois tinha sido possível recorrer ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), mas esse mecanismo também tinha tido outros se não, nomeadamente o Fundo de Apoio Municipal, em que todos os municípios tinham investido, de forma solidária, e o Município de Sesimbra também já tinha investido mais de 1 milhão de euros nesse fundo para fazer a sua parte solidária, para caso houvesse a necessidade de algum município, o próprio Município de Sesimbra, recorrer a questões conjunturais a esse mesmo fundo.-----

-----Acrescentou que desde 2013, a dívida havia decrescido em 20,9 milhões de euros. Tinha vindo todos os anos a decrescer, sendo que 13,8 milhões eram de endividamento bancário. Portanto, nunca tinham chegado ao final do ano sem honrar os compromissos e sem a amortização dos empréstimos bancários, e tinham reduzido 7 milhões de euros da dívida de fornecedores durante este mesmo período.

-----Relativamente aos recursos humanos, disse que o Município era um dos maiores empregadores, se não o maior empregador do Concelho, mas deixava aqui alguns dados daquilo que entendia ser para conhecimento geral, nomeadamente que tinham sido fornecidas 10579 refeições no refeitório municipal, tinham sido realizados 693 exames ocasionais e 65 exames de admissão de consultas médicas, tinham sido distribuídas 77 malas de primeiros socorros e, tinham ocorrido, Infelizmente, 66 acidentes de trabalho. Acrescentou que tinham cerca de 500 operacionais no seu quadro de efetivos e para as tarefas que desenvolviam, porque tinham tudo internalizado no Município, desde os jardins, à habitação, ao fornecimento de águas, à extração e à parte do desporto, era tudo municipal.-----

-----Tinha sido adquirido vestuário de Segurança e equipamentos de proteção, e tinha havido uma particular atenção à questão da COVID 19, no que dizia respeito a todos os funcionários.-----

-----No que dizia respeito à formação profissional, e apesar das questões da Covid, tinham sido contabilizadas 287 participações em 60 ações (desde seminários, sensibilizações e palestras). -----

-----Tinham conseguido ainda dar estágios curriculares a vários alunos de diversas instituições de ensino. Tinham colaborado ainda com o Instituto Português do Sangue e Transplantação com 3 sessões de colheita de sangue. Tinham sido realizados 39 estágios curriculares a jovens estudantes e recém-licenciados dos 53 requeridos, em particular os que eram residentes no Concelho. -----

-----Tinham conseguido ainda realizar contratos de emprego-inserção e inserção+, medida de emprego apoiado e mercado aberto. Tinham sido vários os concursos feitos, e desde que tinham iniciado este tipo de programas, já tinham integrado no mapa de pessoal algumas pessoas portadoras de algum tipo de condicionalismos e que desempenhavam as suas funções exatamente iguais, como qualquer outro

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

cidadão- -----

-----No Programa de inserção dos estágios profissionais, tinha sido integrado também mais 1 estagiário.

-----Tinham feito 100 participações em ações internas e 187 nas ações externas em 53 ações de formação. Tinham sido feitos vários procedimentos concursais para cargos de chefia e de vínculo de emprego nas mais diversas áreas, e o mapa de pessoal do Município tinha cerca de 1000 funcionários, dos quais 500 na categoria de técnicos operacionais. Aquilo que se previa, num futuro que não seria muito longínquo, que sabiam e estudavam ao nível da gestão, era que a pirâmide iria começar a ficar um planalto, porque tinham de fornecer informação para alguém ler essa mesma informação para ter uma estatística, e, portanto, estavam a falar de cargos de técnicos superiores, normalmente, que iam analisar essa mesma informação, e era preciso que o Município dotasse também os seus quadros de pessoal nessa área. - ----

-----Isto era o que previa que iria acontecer no futuro. Iria haver muito mais gente nas áreas técnicas para dar também resposta a todas as solicitações que iam aparecendo.-----

-----Sobre a atividade relevante desenvolvida destacou as seguintes ações:-----

-----Na área de Educação disse que a Autarquia continuava a fazer a beneficiação dos estabelecimentos de ensino da rede pública do concelho, a nível do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico. Foram feitas várias aquisições de equipamentos; a desenvolver a beneficiação dos espaços jogos, recreio dos estabelecimentos; continuavam a fornecer transportes escolares; continuavam a ter os apoios no combate ao abandono escolar e comportamentos de risco, através do GISC, da Associação EPIS, da orientação vocacional e profissional; tinham feito o reforço da ação social escolar, a aquisição de vário imobiliário e equipamento para as escolas; atribuíram apoios financeiros aos agrupamentos de escolas da rede pública concelhia, e mantivera os protocolos com as IPSS e muitos desses apoios tinham sido reforçados. -----

-----No que dizia respeito aos apoios financeiros, o Município de Sesimbra não tinha falhado com um único cêntimo a todo o Movimento Associativo do Concelho, fosse este cultural, desportivo, entre outros. Todos eles tinham recebido o que estava estipulado. -----

----- No que respeitava à Cultura e Bibliotecas, disse que a Autarquia continuara a Reabilitação do Santuário da Nossa Senhora do Cabo Espichel e da zona envolvente (estacionamento); dera início à concretização do Projeto do Novo Centro de Conhecimento e Cultura Marítima na Rua Dr. Aníbal Esmeriz – EEA Grants, nas antigas finanças; continuara a obra de Requalificação da Capela de São Sebastião, junto ao Cemitério de Santiago, e a obra ainda continuava neste momento; fizera a promoção e utilização do património edificado do Concelho, nomeadamente o Castelo, a Fortaleza de Santiago, a Capela do Espírito Santo e a Moagem de Sampaio, que neste momento era um ponto de referência com as atividades que lá

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

eram desenvolvidas; atribuíra o Prémio Científico de Sesimbra; continuara com iniciativas, das quais destacava, “Aqui há Jazz”; mantivera todos os apoios a todo o movimento associativo e cultural do Concelho, continuava a manter uma programação diversificada no cineteatro; dinamizavam várias atividades de incentivo à leitura na biblioteca municipal, bibliotecas de praia, no polo de leitura na Quinta do Conde e Raio de Luz. -----

-----Como sabiam, O Município de Sesimbra estava também a dinamizar aquele importante espaço junto ao Parque Augusto Pólvora, e dinamizavam também várias atividades dentro da Biblioteca Municipal direcionadas a vários tipos de publico. -----

-----No Desporto e Juventude fizera a manutenção dos espaços de jogos e recreio; mantivera também o apoio ao movimento associativo na área da Juventude; a manutenção geral à piscina de Sesimbra, assim como a eficiência energética que para a Autarquia tinha sido muito cara. Como a piscina estivera algum tempo sem ser utilizada, todos os equipamentos entraram em carência, e aproveitaram esta altura para remodelar toda a zona da parte energética. Para além disso, a CMS conseguira fazer ainda a beneficiação dos Pavilhões da Quinta do Conde e Sampaio. -----

-----Prosseguiu dizendo que fora realizada a regata das Aiolas em Sesimbra, que era uma importante prova, sobretudo para a Freguesia de Santiago; continuava a manter aberto o Centro Náutico da Lagoa de Albufeira, como sabiam o Município de Sesimbra tinha um centro náutico que estava junto ao Restaurante do Cândito, onde os jovens podiam praticar atividades náuticas; deslocara o spot jovem de Sesimbra para o Parque Augusto Pólvora, que era o sítio ideal porque tinha vários espaços para a juventude, o skate park, os campos de jogos, e toda aquela zona envolvente. -----

-----Na Ação Social, o apoio alimentar que tinha a ver sobretudo com a Covid-19 tinha sido reforçado, tinham enviado algumas propostas a reunião de Câmara para reforçar esse apoio para que não faltasse nada na mesa das famílias; mantivera as atividades do projeto “Sempre a mexer para não envelhecer”; “Café Memória”; continuara o apoio aos “sem-abrigo”; criara uma linha de apoio social com apoio direto aos técnicos sociais e continuava o apoio no âmbito do RMARH para quem tivesse dificuldades económicas, que fosse devidamente comprovado através do formulário da Ação Social, para fazer melhorias nas suas instalações. -----

-----Na área da Saúde destacou o início da construção da Unidade de Saúde de Sesimbra e também o apoio no âmbito do projeto “Farmácia Solidária”. -----

-----Na área da Habitação e Urbanismo referiu a continuação da construção do Bloco da Mata; a recuperação de vários fogos de habitação municipal nas 3 freguesias, fizera o reforço de iluminação pública

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

através da tecnologia led; continuara com o processo de desenvolvimento das AUGIS, havendo algumas já em fase bem avançada do seu desenvolvimento, tendo em vista o mais rápido a resolução do problema de todos os coproprietários das mesmas. Continuava também a ser elaborada a Revisão do PDM que obrigatoriamente, teria de estar concluída a 31 de dezembro deste ano, com a consulta pública e com a publicação do mesmo. -----

-----Referiu a aquisição de vários imóveis nas Freguesias de Santiago, Castelo e Quinta do Conde, tinha sido elaborada a Estratégia Local de Habitação (ELH), e tinha sido dado início à planificação da Mata da Vila Amália, como era ainda era visível. -----

-----Relativamente ao saneamento e salubridade, disse que tinham feito a execução de várias redes de coletores e os ramais nas Freguesias da Quinta do Conde e do Castelo, sobretudo na Freguesia do Castelo, na zona da Azóia. -----

-----Fizeram também a manutenção e conservação das estações elevatórias; fizeram e reforçaram a desinfecção geral da rede de esgoto. Referiu que, o cidadão comum, quando via muitas baratas nas ruas ficavam alarmados, mas quanto mais se desinfetava, mais elas saíam do esgoto e iam para a via pública, era por isso que elas eram bastante visíveis na rua. -----

-----Disse que se tinha iniciado o reforço do Projeto Remove com a colocação de vários contentores, e tinham dado início à construção do novo remove que estava praticamente concluído na zona da Maçã. Era uma importante infraestrutura que iria dar apoio ao Alto das Vinhas, à Maçã, às Pedreiras, ao Pocinho, e àquela zona de Sampaio, e esperavam que como o projeto “porta-a-porta” já tinha sido iniciado no Alto das Vinhas, e com o Remove, que toda aquela zona ficasse com outro aspeto, porque pretendiam devolver o espaço público ao cidadão e não ter lixo um pouco espalhado por todo o lado, portanto apelavam também aqui ao civismo do cidadão, que podia depositar gratuitamente nos remove, que neste momento ainda só tinham tido a oportunidade de alargar o horário no Zambujal, e o da Maçã seria o segundo a alargar o seu horário, para que as pessoas tivessem condições em depositar os seus resíduos nesse mesmo local. --- -----

-----Referiu que tinha sido feita a conservação nos Cemitérios Municipais, nomeadamente com a colocação de relva, talhões no cemitério do Castelo, e iam fazendo à medida que cada talhão ficasse completo. Também tinha-se iniciado a construção dos ossários no Cemitério da Freguesia do Castelo, bem como na Freguesia de Santiago, onde havia um problema com um dos corpos e seria feita uma bateria de ossários para desativar os que tinham daquele lado e poder proceder à sua recuperação. Acrescentou que na Freguesia do Castelo não havia esse problema e que estavam só a reforçar a área dos ossários. Tinha

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

também sido feita a aquisição de equipamentos e viaturas para esta área em concreto. -----

-----Sobre o ambiente e paisagismo, disse que continuava a ser feita a manutenção do Parque Augusto Pólvora e o Parque da Vila na Quinta do Conde. Na Quinta do Conde, seria necessário refazer todo o sistema de rega do Parque, bem como a substituição de algumas árvores, uma vez que algumas não tinham tido crescimento, e iriam removê-las, refazer as caldeiras e fazer uma melhoria substancial no espaço só ao nível do jardim, porque depois iriam fazer outras obras que futuramente seria dado conhecimento das mesmas. -----

-----Referiu que tinham sido mantidos os Protocolos de gestão dos espaços verdes com as associações de moradores, nomeadamente com os da Roça, com a Cooperativa do Zambujal e com a Liga dos Amigos da Lagoa de Albufeira (LIALA). -----

-----Salientou o reforço da limpeza das praias e a melhoria das respetivas acessibilidades, mantendo-se a abertura da Lagoa de Albufeira, que já muita gente vinha perguntando quando é que a mesma abria, mas a análise das propostas estava a ser feita, portanto era só esperar a nova maré para que a Lagoa fosse aberta. Tinha sido atribuída a Bandeira Azul para as Praias do Ouro, Califórnia, Moinho de Baixo e Lagoa Mar, porque as praias e a água, quer a de tratamento do esgoto, saía em condições e cumpria todos os requisitos, bem como as praias que também cumpriam os requisitos, fosse pela limpeza a que eram sujeitas, quer pela própria desinfeção das areias que faziam. -----

-----Também tinha sido feita a manutenção do espaço interpretativo da Lagoa Pequena, que era um dos principais polos de atração de pessoas ao Concelho, nomeadamente a observação das aves, e era a CM que mantinha aquele espaço aberto através do Protocolo com a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), e que transferia, religiosamente, todos os meses, aquilo que estava acordado com essa mesma instituição para que o espaço se mantivesse aberto. -----

-----Relativamente à Proteção Civil, disse que, para além de outros serviços, esta tinha estado sempre na linha da frente, nomeadamente nos centros de vacinação onde estiveram sempre no acompanhamento e nos centros de testagem. Tinha também havido outros serviços na retaguarda, pois como todos sabiam, nunca tinha faltado água, recolha do lixo, tratamento de esgoto, limpeza dos jardins, e os pagamentos das faturas. Referiu que tinha sido feita a manutenção do Posto de Vigia na Azóia, que era um dos mais importantes da Área Metropolitana de Lisboa, porque conseguia muitas vezes detetar incêndios ou focos dos mesmos, não só da Península de Setúbal, como também na margem norte do Tejo, portanto era os homens do Município que primeiramente davam o alerta, e isso evitava que muitos dos incêndios alastrassem e propagassem, o que era extremamente importante. -----

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que tinha sido adquirido diverso vestuário e equipamento de proteção para que para que a vida dos próprios fosse protegida. Tinham garantido também o apoio aos Bombeiros de Sesimbra, com o respetivo financiamento. Acrescentou que, com a Covid, os Bombeiros tinham passado por uma situação bastante complicada, de norte a sul do País, porque uma das principais fontes de receita dos bombeiros tinha a ver com o transporte de “doentes não urgentes”, e com os hospitais fechados, não tinham conseguido transportar os doentes, mas também não podiam despedir os funcionários, e os encargos continuavam lá, e bem sabia as dificuldades pelas quais os bombeiros haviam passado. -----

-----Disse que também tinha havido ações de prevenção e de risco para a população, e estava em funcionamento o Conselho Municipal de Segurança.-----

-----Relativamente ao abastecimento de água, referiu que mantiveram a beneficiação na Central da Apostiça e nas Infraestruturas de captação em, pelo menos, seis furos. Foi feita a manutenção e substituição da rede de adição e distribuição; realizaram o programa de controlo de qualidade da água, que era de excelência para consumo humano. Acrescentou que não só faziam a realização do programa de controlo de qualidade da água, como as análises que faziam iam para além das que eram obrigatórias fazer face à dimensão, e ainda bem que assim era para que todos estivessem mais tranquilos e pudessem, se assim intendessem, beber água da torneira com a certeza de que era de confiança.-----

-----Tinha sido feita a remodelação da rede de águas em zonas intervencionadas pelo PAMUS, que tinha a ver com os passeios. Tinha sido uma decisão tomada pelo Executivo de que quando fossem realizadas obras de requalificação das zonas pedonais, requalificariam também o que estava por baixo, e muitas vezes o que ficava por baixo tinha a ver com as condutas da água, saneamento ou pluvial, tinha um custo muito superior ao que estava por cima, mas tinha sido essa a opção, que até hoje vinha dando bastantes resultados, nomeadamente com a redução substancial das perdas de água na própria rede.-----

-----Referiu que foi feita também a higienização e beneficiação dos reservatórios, e, nesta questão em particular, tinham adquirido uma viatura “carro-oficina” para as águas, que estava equipada com, desde uma motosserra, uma roçadora, um escadote, trinchas, inchada, entre outros, e tinham um funcionário cujas funções era andar a pintar as casinhas dos furos, os reservatórios, cortar as ervas, e percorria um pouco de todo o Concelho. -----

-----Disse que tinham continuado com a construção das novas condutas na Serra da Azóia, e que hoje, se fossem a Azoia ou ao Cabo de Espichel, poderiam verificar que a intervenção continuava. Explicou que tinham feito, numa primeira fase, toda a zona da Azoia, desde a Aldeia Nova aos Casais da Serra da Azóia, que tinham ficado com infraestruturas todas no que à conduta das águas dizia respeito, bem como a

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

pavimentação e os passeios, e faltava desde a zona do Moinho até ao reservatório, junto à torre de vigia, onde faltava prolongar esse troço de rede, que era o que estava neste momento a ser executado para que viesse a seguir a parte dos passeios, até à virada para a zona da Aldeia Nova da Azoia. Depois, haveria uma nova fase entre o reservatório da Azoia e o restaurante da Tia Isaura, onde tinham um *booster*, que era uma máquina que dava pressão à água para que esta chegasse em condições, quer aos Pinheirinhos, quer à zona de toda a Aldeia da Azoia. -----

-----Disse que houvera também a reformulação da rede Cotovia-Santana e tinha sido dado início à colocação dos equipamentos de controlo e pressão dos caudalímetros e redes de distribuição, que estava visível por todo o Concelho, e se fossem até ao Castelo, já estava um buraco no lado direito para instalar mais uma dessas infraestruturas. Tinham também de Santana até à Fonte de Sesimbra, de quem descia do Meco, em direção à Aldeia do Meco, na curva e contracurva, também de quem vinha do parque do Cabedal e ia para Aiana de Cima, ou seja, havia uma série delas com o objetivo de fazer o controlo, não só da pressão da água, mas também dos ZMC – Zonas de medição e controlo, e iam percebendo que água é que passava em determinados sítios e aquela que era consumida, e iam apertando a malha para os chamados “prevaricadores”, para perceber se tinham passado os mil metros cúbicos numa determinada ZMC, e se naquela zona só tivessem faturado 500, seria porque ou havia uma fuga na rede ou porque alguém estava a roubar água, e portanto iam apertando a malha até conseguir detetar tudo isso. -----

-----Na área de atividades económicas, o projeto de hortas solidárias tinha ficado um pouco embrionário, mas iria ter agora um avanço significativo, aliás, nesta área tinha sido feito um projeto que tinha a ver com a Vinha de Sampaio, que era cerca de 8 mil metros. Acrescentou que este era um projeto que lhe era muito querido, e esta tinha sido das primeiras coisas que tinha pensado em fazer no início de vir para a CM, porque sendo este um Concelho com uma forte tradição nesta área, estava praticamente extinta, quer pela tipicidade dos terrenos, quer pela apetência, a não ser na zona do Parral e uma ou outra vinha em Sesimbra, o resto era para consumo doméstico, mas a CM, dando o exemplo, tinha feito uma vinha com 8 mil metros, onde tinha uma casta muito importante, que era a uva santa-isabel, que já tinha sido registada e esperavam que daqui a um ano ou dois já tivessem uvas para que as crianças das escolas pudessem disfrutar desse fruto tão especial. Para além disso, também tinham outras castas, nomeadamente o castelão, Moscatel Graúdo e Fernão-pires, e depois, nas iniciativas do Município seria servido um vinho do Município. O objetivo era também que toda aquela zona de Sampaio fosse para fazer visitas com os alunos e, na zona das oliveiras, onde havia uns banquinhos, pudessem disfrutar de toda aquela zona também habitacional. -----

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que tinha sido feita a conservação dos mercados municipais da Quinta do Conde e Sesimbra, e neste momento estavam também a desenvolver alguns projetos, nomeadamente com a instalação dos ar condicionados para os mesmos. Tinham feito também pequenas manutenções no Parque de Campismo do Forte do Cavalo, deram apoio ao Projeto PROVE, que dizia respeito a cabazes que saiam diretamente do agricultor para o consumidor; haviam realizado as Comemorações do Dia do Pescador e do Dia Nacional do Mar com a vinda, quer do Ministro que da Secretária de Estado, onde tinha estado também toda a comunidade piscatória do País, incluindo das Regiões autónomas; Apoiaram o Arte Xávega, que como sabiam tinha de ter um protocolo com a CM, porque em Sesimbra só podia ser desenvolvida se fosse uma atividade turística, e tinha também sido dado apoio a um projeto que tinha a ver com o Cabaz do Peixe, que era idêntico ao da agricultura, mas neste caso para a pesca. -----

-----Em relação ao trânsito e toponímia e rede viária, disse que continuavam a ser atribuídos topónimos, tinham sido também feitas várias repavimentações no Concelho, embora não tivessem sido tantas quanto se gostaria, mas as possíveis. Realçou a execução de diversos passeios em diversas ruas e que o mais visível, que tinha a ver com um grande projeto, seria a UB10 na Quinta do Conde que começava desde o nó de Negreiros até à estação de caminhos de ferro ou até à Autoestrada que dividia o Concelho de Sesimbra com o do Barreiro, portanto, em frente à ADQC, junto ao Continente até às bombas de gasolina. Toda essa zona já estava feita e estavam agora numa fase final mesmo a norte da Freguesia, junto onde estava o gabinete veterinário. Acrescentou que era uma das poucas ruas, na Vila da Quinta do Conde, -----que faltava pavimentar, bem como um pequeno troço junto ao *skate park*, que também seria feito.

----- Tinham sido adquiridas várias viaturas e continuavam, porque tinham de investir, no mínimo, 1 milhão ou 1,5 milhões de euros por ano. Podia parecer muito, mas se comprassem um trator que custava 150 mil euros, mas 1 carro do lixo com um valor de 300 mil euros, sobrava muito pouco dinheiro para as outras viaturas que também eram necessárias, nomeadamente retroescavadoras, ou os camiões mais pesados, ou até as bicicletas elétricas, que eram bem visíveis, sobretudo aqui na Vila de Sesimbra.-----

----- Referiu que tinham feito a pintura das passadeiras de peões no Concelho, e bem sabiam que passados uns meses a pintura desaparecia ou ficava escura.-----

-----Relativamente à Modernização, Qualidade, Comunicação e Logística, referiu que tinham sido realizadas várias melhorias dos serviços nas instalações da Fonte de Sesimbra e da Quinta do Conde. Tinham vindo paulatinamente a criar melhores condições para os funcionários, bem como as instalações que haviam culminado com a construção de um posto de combustível na Fonte de Sesimbra, bem como a

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

pavimentação do espaço onde as viaturas estavam neste momento, que costumava ser de terra batida. Tinha sido também feita a eletrificação do espaço e colocados os negativos para terem uma zona de vigilância mais apertada, e haviam elaborado box's para colocar a areia, a brita, o alcatrão e todos os detritos. Cada um dos serviços vinha fazendo também melhorias nos espaços atribuídos com algumas instalações. -----

-----Referiu também que tinham sido feitas as auditorias internas e que foram auditados externamente. Tinha havido também a ampliação e modernização do sistema informático, onde tinham investido cerca de 1 milhão de euros, entre os licenciamentos de software, a aquisição de computadores, entre outros. Bem sabia que seriam necessários mais, mas isto era o que era possível fazer. -----

-----Disse que tinham estado diversos serviços *online* para que os cidadãos pudessem reportar as suas preocupações e para que houvesse o contacto com os munícipes neste período de pandemia. -----

-----Disse que tinha sido feito concursos para a aquisição de vestuário, que era sempre necessário, e com a contratação de pessoas ainda mais, e tinham feito a promoção de eficiência energética dos edifícios.

-----Relativamente ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), disse que tinham a contabilidade de custos, onde estavam inseridas as funções gerais, funções sociais e funções económicas. Tinha custos diretos e custos indiretos, e tinham uma equipa que fazia a triagem de todas as faturas e a realocação por cada tipo de custos, desde a administração geral, a proteção civil e luta contra incêndios, a ordem pública, o ensino superior, os serviços auxiliares, entre outros, portanto, tudo isso era feito. -----

-----No que dizia respeito ao referencial contabilístico, disse que estas contas tinham sido preparadas tendo em vista a comparabilidade com 2020, tinha sido um trabalho em que tiveram de RE-expressar toda a contabilidade, sobretudo ao que aos ativos fixos tangíveis dizia respeito. -----

-----Referiu que no ano passado tinham aprovado umas contas em que os ativos fixos tangíveis da CMS tinham tido 124.191.000€, e neste momento tinham mais, devido às regras que vinham do SNC-AP, e tinha a ver também com os resultados transitados com o resultado líquido do próprio exercício que tinha passado de 802.000€ para 540.000€, porque tinham tido o aumento das amortizações destes mesmos imóveis. -

-----Disse que, no relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC), havia uma particularidade que tinha a ver com duas reservas que vinham nas contas. Uma delas tinha a ver com os acordos concessão dos serviços, e a Norma Contabilística n.º 4 do SNC – AP, dizia que deviam contabilizar os contratos de concessão relevantes, que neste caso eram 3, e apesar dos esforços do Município, não tinham recebido informação desses mesmos contratos que tinham a ver com a Simarsul, que tratava do saneamento, com a E-Redes que tinha a ver com a distribuição da rede, e a Ambinecro, que era o concessionário do

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

crematório da Quinta do Conde. Acrescentou que pelo facto de não terem dado essa informação, não tinham podido contabilizá-la, ficando com essa reserva nas contas. -----

-----Referiu que o método de custeio que tinham nos inventários, era o custo médio ponderado, e as quantidades existentes no final do período, tinham sido objeto de registo contabilístico, de contagem física, e contagem com os auditores.-----

-----A segunda reserva, tinha a ver com o momento em que contabilizavam as receitas, ou seja, o Município de Sesimbra registava, através do princípio contabilístico de especialização do exercício, todas as suas receitas a partir do momento em que emitia a fatura, e não através de um princípio que se utilizava também, que era a base de caixa, em que só quando o dinheiro entrava é que se registava. A CM registava a receita logo no momento da emissão da fatura ou do conhecimento de que essa dívida existia, que era outra questão que tinha a ver com os impostos e com a segunda parte da reserva.-----

-----Referiu que tinham algumas dívidas, nesses mesmos impostos que eram cerca de 5 milhões 346 mil euros, e, portanto, tinham feito as provisões que entendiam que eram adequadas para fazer face à recuperabilidade desses mesmos impostos, e tinham em crer que, o Estado, como pessoa de boa fé, se comunicasse que o Município tinha lá 1, 2 ou 3 milhões, fosse capaz de arrecadar esses mesmos valores.

-----Relativamente aos financiamentos que o Município tinha, e a amortização das suas dívidas, disse que o Município tinha terminado o ano de 2021 com uma dívida de médio longo prazo de 9.127.000€, e que no ano de 2027, ficaria com um valor para amortizar, se tudo se mantivesse como estava, de 122.000€ por ano, que dava uma média de 10 mil euros por mês, e era esse o valor que tinham como objetivo a não contrair empréstimos, a não ser que, por exemplo, fosse necessário fazer face a investimentos de grande montante, e se não fossem as regras impeditivas, o Município tinha uma capacidade financeira tão grande ou igual ao próprio orçamento e prazo de pagamentos inferior a 30 dias.-----

-----Referiu que um dos investimentos financeiros tinha a ver com o Famigerado FAM – Fundo de Apoio Municipal, onde o Município havia investido por imposição da concessão do PAEL, 1 milhão e 42 mil e 618 euros, e neste momento, o Município era detentor de participações financeiras em 4 instituições, nomeadamente: 1.806.000€, 74.850€ na Município, 129.250€ na Amarsul, 529.585€ na Simarsul e, no famigerado FAM, o valor era de 1.042.000€, ou seja, o Município detinha participações no valor de 1 milhão 806 mil euros.-----

-----De seguida, disse que nem tudo eram boas notícias, porque para terem aquela boa receita fiscal, também tinham tido de pagar para obter essa mesma boa receita fiscal, e só à Administração Tributária,

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

pagavam 687 mil euros para que cobrassem os impostos do Município, e à CGI, que era quem cobrava a faturação dos Serviços Urbanos, 86 mil euros, e porque era muito reivindicativo no que à saúde dizia respeito, e todos tinham de o ser porque o Município de Sesimbra havia contribuído para o SNS, e bem, que ficava logo retido, 856 mil euros, mas era pena que não tivessem o SNS a contribuir também com este esforço aqui na população. -----

-----Sobre o ativo não corrente, disse que o mesmo totalizava 132 milhões 365 mil euros, o ativo corrente totalizava 38 milhões, e no seu total, o Município de Sesimbra tinha 170 milhões 408 mil euros, e, portanto tinham um património, que era o capital do próprio Município, de 69 milhões de euros, e tinham um resultado líquido do período de 3 milhões 825 mil euros, ou seja, tinham passado 500 mil para 3 milhões 825 mil euros. -----

-----Ainda sobre as duas reservas na certificação legal de contas, disse que a primeira, sendo uma imposição legal que era o facto de terem identificado 3 contratos de concessão que no âmbito da norma contabilística n.º 4, e a certificação legal de contas do ROC, dizia o seguinte: *“acordos de concessão de serviços relativamente aos quais a entidade não obteve dos concessionários a informação detalhada sobre os seus ativos de concessão, e apesar de várias diligências efetuadas até à presente data. Na ausência da referida informação, não foram reunidas as condições necessárias que permitam à Entidade proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à sua respetiva mensuração e valorização, conforme preconizado na NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis”*. Acrescentou que esta era uma reserva que estava nas contas à qual o Município de Sesimbra era completamente alheio-----

-----Referiu que havia municípios que só registavam a receita no chamado “base de caixa”, ou seja, quando entrava nos cofres, portanto nunca sabiam de quanto era a dívida, até podiam ter um documento à parte, mas não o evidenciavam contabilisticamente. Explicou que a 2ª reserva tinha a ver com os impostos, porque os contabilizavam em função daquilo que era comunicado pela Administração Tributária e faziam as respetivas imparidades de acordo com aquilo que entendiam que era recuperável ou não, e havia em particular 2 impostos que tinham imparidade, e ao não ser assim algo estava mal, porque o Estado comunicava que tinham para receber de IMI, no final do ano, 3 milhões 637 mil euros, o Município tinha feito imparidades no IMI até 2019 de 100% desses mesmos valores e, nos chamados valores agregados não era contabilizado quando era recebido, mas sim pelo chamado Princípio da Especialização do Exercício, ou seja, tinham feito 50% desse mesmo valor, a imparidade que lhes parecia razoável. O outro imposto, tinha a ver com o IMT, e tinham feito exatamente da mesma forma, com a totalidade até 2019, que era 617 mil euros, e tinham feito 50% do valor de 2019 para a frente. Acrescentou que, quer um quer outro incidiam

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

sobre um bem real, e das duas uma, ou a Administração Tributária tinha feito mal as contas, ou então não podia permitir que a transação fosse efetuada, e, portanto, o Município tinha de ser ressarcido desse mesmo bem. Se os valores estavam mal, porque as pessoas haviam contestado, teria de haver uma celeridade para dizer à pessoa que os valores estavam incorretos, para poderem corrigir. -----

-----Referiu que ainda havia outra particularidade, que tinha a ver com o imposto CISA, que já tinha acabado há muitos anos, da qual tinha a totalidade provisionada, e tinham neste momento um contribuinte que estava a pagar mensalmente, um valor que havia chegado a acordo com a Administração Tributária, isto significava que, se calhar, até muito tarde, havia alguns contribuintes que depois chegariam a acordo com a Administração Tributária, ou porque viam os seus bens ou contas bancárias penhoradas, e iriam pagar esses mesmos valores ao Município. -----

-----Havia outro, que tinha a ver com o IUC, onde tinham uma imparidade de 75% do valor, que era comunicado pela Administração Tributária, que seria o imposto devido ao Município. Acrescentou que os Revisores Oficiais de Contas, com a devida isenção, faziam o seu trabalho, e o Município fazia aquilo que entendia e que pensavam ser o mais correto, até porque se fosse uma empresa, ainda podiam todos receber um dividendo ou lucro, mas não eram uma empresa. -----

-----Referiu que o Município estava numa situação mista no que ao IRC dizia respeito, porque se tivesse rendimentos de capitais também havia uma retenção na fonte relativamente a esses mesmos bens, mas também estava numa situação de afetação real no que ao IVA dizia respeito, nomeadamente às águas, e ao parque de campismo, portanto tinham de ter, para além de toda a contabilidade do Município, mais duas contabilidades de custos, nomeadamente, para as águas e para o parque de campismo para poder deduzir o IVA, de tudo o resto, não podiam deduzir qualquer IVA. -----

-----Foi solicitada o uso da palavra pelo **Deputado Carlos Oliveira**, que após cumprimentar todos os presentes, disse que, a exposição do Vereador José Polido tinha várias partes. Uma parte que era a Câmara Municipal de Sesimbra, S.A., porque tinha apresentado aqui um conjunto de números que parecia mais que estavam numa Assembleia de uma sociedade anónima do que numa Assembleia Municipal. O vereador havia-se também congratulado bastante com o valor das receitas e com o desempenho da Câmara Municipal, que também os alegrava, porque o bom desempenho da Câmara era também um benefício para todos os munícipes. -----

-----Referiu que, depois de olhar para alguns documentos, chegava-se a uma conclusão interessante, que o impacto do Covid, que o Vereador havia exposto, tinha sido 2,9 milhões de euros no que dizia respeito aos gastos, mais as não receitas da CM, que era de 4 milhões de euros, e se somassem a esse valor,

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

o valor da transição do saldo, teriam 4 milhões + 6 milhões, ou seja, um total de 10 milhões de euros, e aqui não falaria tanto daquilo que era o resultado do ano passado, que era bom, mas diria que em termos do futuro deveriam começar a pensar naquilo que já tinha sido falado nesta Assembleia Municipal, em baixar alguns custos para os munícipes, e 10 milhões de euros poderiam ser pelo menos uma parte desses custos. Acrescentou que em termos de futuro deveriam começar a pensar que não deviam sacrificar tanto os munícipes, não só enquanto família, mas também enquanto empresários, porque havia-se verificado que durante a Covid tinha havido efetivamente algumas baixas relativamente às receitas, nomeadamente 10%, mas isso também havia abrangido as famílias em 10% na água e nos esgotos. 10% era a percentagem que lhe havia ficado na cabeça para, em termos futuros, poderem considerar tratar da gestão do Município com algum benefício para os Munícipes e também para as empresas. -----

-----Referiu que, neste momento, sobre este relatório, o que interessava não era tanto ver o passado porque esse tinha sido julgado nas eleições, e os senhores haviam ganhado com maioria e a população estava contente, que eram os principais julgadores, mas tinham de olhar para isto em termos de futuro, e, porque tinha sido um comprometimento quer da CDU quer do PS, apresentar aqui um documento da possibilidade de baixar impostos, ou taxas, ver onde é que podiam repartir alguma desta receita por aqueles que eram os acionistas, os munícipes. Como tinham alguma folga, podiam pensar aqui em alguns benefícios, não esquecendo que não podia ser tudo distribuído porque existia, por exemplo, investimentos que tinham sido feitos e empréstimos e dívidas da CM que tinham de ser pagas, portanto não se podia dar a um lado e ficar a dever a outro. -----

-----Por outro lado, a CM tinha feito uma explicação exaustiva de um conjunto de coisas que tinha feito durante o ano 2021, e na documentação haviam constatado todo um conjunto de ações e atividades que a CM tinha feito, mas não era preciso ser tão exaustivo, porque provavelmente, em algumas das ações feitas, talvez fosse interessante, em vez de escrever meramente a ação, ver ou ouvir também algum resultado. -----

-----O Vereador havia falado sobre o apoio às associações ou às atividades económicas, mas o que gostavam de saber aqui era qual tinha sido o benefício que pretendiam e qual tinha sido o benefício real relativamente a esse mesmo apoio, porque isso é que era interessante, dar, e saber para o que haviam dado e se efetivamente tinha resultado. -----

-----Este era um trabalho que sabia que não podia ser feito em relação a tudo, mas provavelmente em relação a algumas áreas importantes e interessantes, seria bom, até para a CM, saber qual era o retorno social. Acrescentou que não tinham ouvido, nesta intervenção, nada relativamente ao retorno. -----

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Relativamente aos técnicos da Câmara, disse que os conhecia há muitos anos e que eram pessoas de grande experiência e grande conhecimento, e acreditava que isto tivesse dado trabalho, mas que para os técnicos não tivesse sido assim tão difícil devido à experiência que tinham, mas podia garantir que em outras Câmaras tinha sido quase impossível e que não tinham feito o mesmo trabalho que os técnicos da CMS, que tanto orgulhavam, porque podiam dizer que tinham uma Câmara que funcionava, pelo menos nesta área, bastante bem. -----

-----Relativamente às “queixas” feitas pelo Vereador sobre o não darem dinheiro e de que a organização era pesada, disse que uma das coisas que pensava e sentia, era alguma dose de queixa relativamente às contas da CM e à documentação, que era muito exaustiva, porque não havia nenhum deputado municipal que conseguisse, em pouco tempo, ler esta documentação toda, apenas conseguiam “apanhar” a ideia geral da documentação, mas via que, atualmente, as Câmaras municipais seguem condutas que tinham de ter, nomeadamente, programas e organização que tinham de criar, e isso no passado não existia. Conheciam o passado longínquo em que as contas podiam estar certas, mas eram muito mascaradas e muito construídas, e hoje o que acontecia era que as contas apresentadas, mesmo em termos dos orçamentos, eram fiáveis.-----

-----Disse também que sabiam como eram feitos os orçamentos antigamente, um pouco como fazia ainda o Governo, inserindo escolas e hospitais, mas nas Câmaras isso não acontecia, porque se pusessem a construção da “escola” no orçamento, teriam de a fazer eventualmente, se não eram castigados no ano a seguir, mas isso era bom, porque se não andavam aqui a prometer “mundos e fundos” como antigamente. Acrescentou que já tinha chegado a perguntar a um Presidente de CM, como é que este iria arranjar dinheiro para tanto fontanário que havia prometido.-----

-----Isto era interessante até do ponto de vista da avaliação dos munícipes e da fiabilidade que estes podiam ter da CM relativamente àquilo que era colocado na documentação, e, com orgulho, o Vereador dizia que conseguiam cumprir 90%/80%, mas antigamente cumpriam 40%/50%, e já não era mau.-----

-----Relativamente a este documento e a esta execução orçamental, disse que não iria julgar porque esta já tinha sido julgada, o que interessava era “agarrar” nestes números e naquilo que tinha sido a proposta do plano de atividades do orçamento da CM para 2022, e ter uma ideia daquilo que se podia fazer para o ano, e teriam de cumprir aquilo que haviam prometido face a estes resultados, tendo em conta também a possibilidade de haver aqui algum equilíbrio. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano**, que após cumprimentar todos os presentes, disse que tinha uma informação prévia sobre as ausências da Bancada, relativamente à Deputada Luísa

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Carvalho que não podia estar presente hoje, em grande parte, devido a ter tomado posse como Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), o que era significativo em termos do cargo que iria exercer e era importante regionalmente, numa instituição de ensino superior com a reputação que o IPS tinha. --Relativamente ao Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, respetiva avaliação e Prestação de Contas de 2021, disse que estavam a falar de um dossiê extensíssimo, e já havia manifestado esta sensação em anos anteriores. Era uma sensação partilhada por várias pessoas com quem haviam discutido este assunto, porque era um dossiê gigantesco onde havia contabilizado mais de 70 ficheiros em PDF com mais 33 ficheiros correspondentes a mapas de encerramento. -----

-----Referiu que havia um índice, e essa era uma sugestão que tinham feito no passado, de haver um índice para ajudar a seguir a informação, que neste caso dizia respeito ao relatório orçamental, ou seja, à prestação de contas efetivamente, o documento que parecia ser dos mais relevantes em termos de compreensão das contas, e deixariam como sugestão de melhoria, porque estas coisas podiam melhorar todos os anos, fazer um índice sobre os próprios ficheiros e organização dos mesmos. Acreditava que para algumas pessoas, ligadas a esta área, fosse muito imediato e não houvesse grande hesitação, mas para outras pessoas, talvez para grande parte dos deputados que representavam a população nesta Assembleia Municipal, isto era um trabalho impossível, portanto, se houvesse melhorias ao longo dos tempos, seria benéfico para todos. -----

----- Referiu que, destas largas dezenas de ficheiros, o Relatório Orçamental/Prestação de Contas, seria o documento mais substantivo em termos de apreciação, para além desta hora e 8 minutos de apresentação que já tinham tido a oportunidade de ouvir na reunião das comissões, mas que permitia refletir um pouco sobre algumas questões. -----

-----Disse que havia variadíssimas questões que se poderiam levantar, algumas mais de pormenor, e destacaria dois pedidos de esclarecimento, e depois um balanço mais geral. -----

-----Em termos de coisas de pormenor, e na linha da intervenção do Deputado Carlos Oliveira, perguntou o que é que significava alguns apoios de benefício, como por exemplo a redução e isenção de taxas das empresas instaladas no CAIS, no Centro de Apoio à Incubação de Empresas de Sesimbra, em Santana. Perguntou o que é que isto significava, quantas empresas é que estavam instaladas, e o que é que significava em termos de benefício. Perguntou que relevância é que isto tinha, porque acreditavam que tinha, mas gostariam que isso fosse revertido de alguma forma neste relatório. -----

-----Disse que outra questão de pormenor, que tinha a ver, por exemplo, com a evolução de receitas próprias, era referente a um quadro que falava sobre a evolução das receitas dos impostos, onde se

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

destacava claramente o IMT, com um aumento de cerca de 74%, mas, por exemplo, no quadro 5, que era uma evolução de outras receitas próprias, havia alguns números que não entendiam muito bem como é que evoluíam da forma que estava indicada. Por exemplo, a ocupação da via pública, tinha valores relativamente insignificativos, mas de 2020 para 2021 tinha tido um aumento de 672%. Perguntou o que é que justificava o aumento de 1600 euros para 12 mil euros, de uma ocupação de via pública num ano em que parecia que tinha havido até grande isenção deste tipo de receitas. Acreditavam que havia uma explicação, mas não era óbvia. Eram questões de pormenor por valores absolutamente residuais.-----

-----Nesse mesmo quadro, por exemplo, na mesma linha, havia “mercados e feiras”, “ocupação na via pública”, “saneamento” e “outras”, e, sem querer entrar pormenores do que é que eram estas receitas, mais uma vez estavam a falar de uma receita que de 2020 para 2021 havia aumentado 474%. Perguntou o que é que justificava um aumento tão brutal desta receita. Entre variadíssimas, haviam assinalado apenas estas duas pequenas questões como exemplo de pequenas situações que levantavam algumas dúvidas, mas no geral havia algumas apreciações globais que podiam fazer, e uma delas já tinha sido referida, que era o relatório do ROC, que era uma situação aqui discutida em anos anteriores porque o relatório chegava no próprio dia ou na véspera, e era uma situação de difícil gestão e, compreendiam, por parte do Executivo, perante a Assembleia Municipal e registavam com agrado que este relatório tivesse chegado pelo menos com uma semana de antecedência, e esperavam que fosse uma situação a repetir-se porque realmente era um conforto para todos e não levantava questões. -----

-----Era uma apreciação geral do relatório, que era positivo e não havia nada a apontar em relação a isso, mas, no global, estavam a falar de, como havia referido o Vereador José Polido, o melhor ano orçamental de sempre, com destaque na diminuição significativa da dívida, aliás em linha com a generalidade dos Municípios Portugueses, que tinham uma descida brutal da dívida, com algumas exceções, mas a generalidade dos municípios portugueses, apresentavam provavelmente ter beneficiado do PAEL dos anos 2012/2013/2014, e havia de facto um decréscimo muito significativo da dívida nos Municípios. -----

-----Continuou dizendo que era o maior ano orçamental de sempre, com o saldo de gerência maior de sempre, e havia umas pequenas contas aritméticas que não compreendiam. Explicou que havia um saldo gerência de 6 milhões de euros, que no ponto seguinte da Ordem de trabalhos seria, eventualmente, aprovado para ser incorporado no orçamento deste ano de 2022. Grande parte deste saldo de gerência era quase explicado pelo 74% de aumento do IMT, que em número redondo quase que se aproximava deste valor, estavam a falar de 5 milhões e “qualquer coisa” de euros de aumento inesperado porque não tinha

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

sido orçamentado, e portanto estava aqui justificado, mas, ao mesmo tempo, tinham uma verba de 2 milhões e quase 900 mil euros de despesas com a pandemia, que não se referiam apenas a 2021 mas uma parte também a 2020, à qual se acrescia uma perda de receita superior um milhão de euros, totalizando, em números redondos, os 4 milhões de euros. -----

-----A aritmética simples era que, se havia um saldo gerência de 6 milhões, que era em grande parte explicada pelo aumento do imposto do IMT, e se havia esta despesa, mesmo que não fosse os 4 milhões porque uma parte era de 2020, mas 3 milhões de euros, em teoria, deveria haver um buraco orçamental de 3 milhões de euros, e, portanto, ou tinha havido mais receitas ou menos despesas em outras áreas, e gostavam de perceber como é que isto se explicava. -----

-----Referiu que era uma aritmética simples obviamente falível, como tudo o que era demasiado simples, mas não tendo a capacidade de entrar no domínio de todas as rubricas, esta aritmética simples, desde a reunião das comissões, que o tinha deixado a pensar e tinham comentado entre várias pessoas da bancada sobre como é que iriam explicar esta questão. -----

----- Interveio o **Presidente da AMS**, que disse que muito satisfazia a informação sobre a Deputada Luisa Carvalho, que saudava, em nome pessoal e em nome da Assembleia Municipal. Acrescentou que não tinha prestado essa informação porque não a tinha, à semelhança do que já havia acontecido, por exemplo, com a Deputada Andredina Cardoso, que noutra ocasião havia solicitado uma substituição, mencionando motivo, que eram factos que orgulhavam sempre todos os Sesimbrenses, portanto, mais uma vez, em nome pessoal e em nome da Assembleia Municipal, desejava os parabéns e os votos de um bom trabalho à Deputada Luisa Carvalho. -----

-----Foi cedida em seguida a palavra à **Deputada Catina Faneca**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que a sua questão seria no seguimento da normalização contabilística que tanto tinha sido aqui falada, porque neste momento, todas as contabilidades tinham de seguir essa norma, e tinha a ver efetivamente com a imparidade dos ativos fixos. -----

-----Referiu que não tinha conseguido visualizar a apreciação, se tinha sido feita ou não, relativamente à percentagem de existência de imparidades, feita pelo ROC, numa forma anual, não tinha conseguido ver espelhado o custo/benefício dessa imparidade, ou seja, o valor do benefício económico que era perdido, entre o benefício de manter o ativo. Não tinha conseguido ver uma apreciação entre os valores da imparidade espelhados no relatório. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Castanho**, que cumprimentou todos os presentes e disse que estavam aqui a avaliar os dados da avaliação dos bens, direitos e obrigações, e esta era a segunda

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

reunião, pelo que agradecia a paciência do Vereador para explicar a mesma coisa duas vezes. -----

-----Era uma quantidade enorme de dados, de números e de acontecimentos, mas era uma execução que estava fechada, validada e certificada, portanto, o que podiam retirar daqui era o resultado do exercício e a sua execução, e aqui entravam naquilo que era mais importante, saber o que é que fariam com isto e como é que seria o futuro. -----

-----Neste sentido, e acompanhando a intervenção do Deputado Carlos Oliveira, para este ano podiam ter algum otimismo em relação à execução, mas não era tão otimista, porque considerava que este seria um ano totalmente diferente do ano anterior, estavam num contexto económico totalmente diferente, estavam perante uma crise económica derivada de uma guerra, estavam a sair de uma pandemia e deviam de estar num momento de retoma, mas não estavam. Havia muitos problemas, nomeadamente o combustível que estava a subir e iria afetar tudo, inclusive os serviços da Câmara, através do aumento da despesa. -----

-----Com o aumento da inflação, que se esperava em 4%, e devia “galopar” ainda mais, tudo iria subir, como por exemplo os alimentos. Tinha sido aqui referido a quantidade de refeições que eram dadas no refeitório da CM, mas também isso iria subir. Havia aqui uma série de custos que iriam afetar a CM, os orçamentos, as famílias e toda a gente. -----

-----Este resultado, que havia derivado, sobretudo, do IMT, resultava da questão de as pessoas gostarem de ir para Sesimbra, e daí o nível das transações, mas isto iria abrandar, e esta receita não continuaria da mesma forma. Nem os mais otimistas entendiam que isto iria subir, e se calhar deviam de colocar como realidade um valor parecido com o que estava no orçamento do ano passado, e não aquilo que tinha sido concretizado este ano. -----

-----As famílias também sofriam, e havia aqui uma “folga”, portanto tinham de juntar as duas coisas. Quanto ao próprio e ao MSU, pensavam que, os benefícios que tinham sido dados em relação à COVID, 1,1 milhões de euros, valor que tinha ficado para as famílias e para as empresas, em princípio haveria margem para manter benefício. Quanto ao resto, deveria ficar provisionado porque não sabiam o que viria para aí, mas devia de haver já uma devolução à população destes valores. -----

-----Disse que estavam a esquecer-se de um fator que tinham discutido aqui há duas ou três semanas, nomeadamente, ainda não sabermos o resultado da delegação de competências, que iria agravar tudo isto. Estavam aqui a especular um bocadinho. -----

-----Por fim, disse que deviam ter a questão da perda de receita, 1,1 milhões, dar às pessoas e pensar no que é que fariam a seguir para aquilo que aí vinha, para precaver o futuro, porque era isso que estavam

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

aqui a gerir, para não haver nenhuns desvios no futuro próximo. -----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Cláudia Mata**, que após cumprimentar todos os presentes, disse que, quando o Vereador tinha dito que iria fazer uma abordagem para que quem estivesse em casa pudesse compreender, havia pressuposto que não seria o mesmo discurso da semana passada, mas enganou-se, porque tinha sido exatamente o mesmo discurso. -----

-----Continuavam a falar em SNC AP, POCAL, ativos fixos, empréstimos bancários, PPI, GOP's, FEF's de capital, apreciação de bens, entre outros, portanto, nada que permitisse os munícipes compreender, se o orçamento da Câmara tinha sido ou não bem executado, e no quê. Acrescentou que, continuava a insistir que, um *powerpoint* a acompanhar a apresentação do relatório seria uma mais-valia, e fazia esta recomendação para que no próximo ano pudesse acompanhar este ponto em apreciação. -----

-----Disse que concordava que o que o Deputado do PSD havia referido relativamente à política fiscal, que era um aspeto que vinha no programa do PS, e que com estes resultados, e tinham isso, mais ou menos, acordado e conversado no âmbito de um regulamento que iriam elaborar em conjunto, era momento para isso. Tinham de reparar que a CM de Sesimbra devolvia 0% de IRS aos munícipes, tinha um IMI de 0,4%, o segundo mais alto em Portugal, e estava no penúltimo lugar de tarifas de saneamento e resíduos, portanto era uma política fiscal que não era amiga do Município. -----

-----Referiu que, no âmbito do princípio da transparência, queria saber o número de auditorias Internas de Âmbito e Valor Acrescentado (método AIAVA), que tinham sido feitas este ano, também o número de contratos lançados no portal Base.Gov e o respetivo valor global, e dos quais, quantos tinham sido sujeitos ao escrutínio do Tribunal de Contas por obrigação legal. -----

-----Por fim, perguntou qual era o prazo médio de pagamento do Município. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Ricardo Mendes**, que cumprimentou todos os presentes e, relativamente ao comentário do Vereador sobre a evolução da dívida de médio/longo prazo, e partilhando também um pouco das preocupações do Deputado do MSU, relativamente a esta evolução, disse que estava dependente de uma envolvente macro, fosse as questões que já tinham sido referidas, desde a crise energética ou a inflação, porque ao provisionar para 2027, muita coisa podia acontecer em 5 anos, e dizer que tinham empréstimos atuais na ordem dos 9 milhões de euros e que passariam para cerca de 100 mil euros, tinham de ter alguma contenção quando referiam estas questões porque havia aqui realmente muitas envolturas macro que a Câmara de Sesimbra não controlava. -----

-----Sobre o regulamento referido pela Deputada Cláudia Mata, disse que em 2022 tinham tido uma evolução considerável no valor de construção em m², que desde 2019 cifrava-se nos 615 euros por m², e

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

passaria para 640, portanto no próximo ano, se mantivessem o IMI, todas as casas que fossem reavaliadas, novos imóveis reabilitação urbana e até mesmo para venda, sofreriam um aumento, e este aumento teria um impacto significativo nos “bolsos” dos Municípes, ao nível da rubrica do IMI. -----

-----Era importante que este ano comesçassem a pensar em ter um Município mais amigo dos Municípes, porque efetivamente, nas outras rubricas, da participação fixa, também não devolviam nada aos Municípes, portanto, tendo em conta as condições do saldo de gerência, que tinha sido superior aos últimos anos, tinham de começar a fazer esta realocação.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM** que cumprimentou todos os presentes e disse que após a sua intervenção, passaria a palavra ao Vereador José Polido, mas não podia deixar de fazer dois ou três comentários, e de certa forma responder a algumas das questões que tinham sido colocadas. -----

----- Relativamente à aritmética e aos números, que tinha sido colocado pelo Deputado Paulo Caetano e pelo Deputado Carlos Oliveira, disse que se confirmava, não com o rigor que tinha sido aqui colocado e admitia que pudesse haver aqui também algum lapso que não tivesse sido compreendido na intervenção do Vereador José Polido, que os 2,9 milhões de despesas com covid-19, remontava ao histórico desde março de 2020, e não estritamente ao ano 2021, e, à data de hoje, essa despesa já representava 3,4 milhões de euros. -----

-----Disse que havia aqui efetivamente um número que só tinham com base naquilo que era o histórico da receita relativamente aos anos anteriores, que era a perda de receita proveniente de um conjunto de medidas que tinham colocado, e algumas que eram mais difíceis de ser mensuradas, como o facto de não ter existido atividades culturais no cineteatro, que relevava para a despesa, o facto de o Parque de Campismo de Forte do Cavalo estar encerrado, que mantinha a despesa na sua totalidade, mas não tinha tido receita nenhuma, mas partindo do pressuposto que tinha existido aqui um conjunto significativo, entre elas as questões dos serviços urbanos de 10% nas tarifas variáveis, a questão da ocupação do espaço público, a publicidade, outras questões das concessões, mercados municipais, entre outros, e parte delas mantinham-se em vigor durante este ano, quer as questões de concessões quer as questões de ocupação do espaço público, não ao abrigo da legislação que dava a possibilidade de utilizar sem ter de ir à AM, mas sobretudo porque tinham suspenso o regulamento de taxas e licenças nestas rubricas para poderem encaixar e reavaliar e ter este benefício para os agentes económicos do Concelho, diria, em tese, que garantidamente 7,5 a 8 milhões de euros, seriam, num quadro normal sem Covid, possivelmente, o saldo orçamental. -----

-----Relativamente à questão do IMI, disse que aquilo que tinham assistido na receita nos impostos

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

diretos, era que o IMI ao longo dos últimos anos não tinha tido nenhuma oscilação, portanto, mantinha-se estável, contrariamente a algumas questões que se iam levantando e iam dizendo, nomeadamente que a receita fiscal do IMI ia aumentando para o Município, mas tinha-se mantido estável, e, sem margem para dúvidas, era um aumento significativo e exponencial nos últimos 3 anos. Também à data de hoje, previa-se que o ano de 2022 pudesse manter-se exatamente como até agora, que era o comportamento do IMT.

----- Aquilo que vinha sendo os resultados líquidos nos últimos anos com covid ou sem covid, devia-se essencialmente ao comportamento do IMT, que era aqui um imposto muito mais volátil do que era o IMI, e não tinham a certeza, e podiam ser até contraproducentes quando falavam muitas vezes nesta casa, na necessidade de haver habitação, mecanismos possíveis e ao alcance do Município para regular o mercado de habitação, quer de compra quer de arrendamento, e isso podia também condicionar as transações imobiliárias. Não se conseguia fazer o caminho nos dois sentidos, tinha de haver um equilíbrio. Era claro que era uma mais-valia, e não havia nenhuma perspetiva, independentemente do quadro onde se encontravam, que era muito instável, que houvesse uma perspetiva de voltar a valores de há três ou quatro anos, mas também não tinham a certeza de que este valor e este potencial do IMT fosse uma questão que tivesse uma manutenção regular nos próximos anos. Não havia dúvida que tinha sido a receita que havia contribuído muito para os bons resultados do Município nos últimos anos. -----

----- Uma segunda nota que queria deixar, e tantas vezes se fazia essa comparação, era que estes bons resultados do Município de Sesimbra, ainda não eram diferentes dos bons resultados dos Municípios à volta. No Seixal e Almada, a subida, apesar de dizerem que era um Município de cariz muito imobiliário, a receita do IMTT tinha tido uma subida ainda maior percentualmente do que Sesimbra, ao contrário de Setúbal que tinha estado muito em linha com o de Sesimbra. Almada tinha passado com um saldo de 30 milhões de 2021 para 2022, que seria com certeza uma boa gestão. -----

----- Referiu que quando olhavam para o futuro tinham de olhar para o equilíbrio que tinham de ter, e tinham de ter muito cuidado, e era um compromisso, na forma como, olhando para o comportamento da receita, que podia ser volátil, aplicavam descidas e benefícios que aparentemente não teriam o caráter temporário e específico para um período curto. Não havia nenhum Município que utilizasse, por exemplo, a taxa do IMI, a variar anualmente em função da receita, até porque havia uma volatilidade da receita que não podia ser acompanhada pela incerteza naquilo que eventualmente os municípios podiam ter relativamente ao comportamento fiscal do seu Município. -----

----- Acrescentou que também era verdade que aquilo que procuravam, e aquilo que era a sua proposta, diferente da do PS, mas que este havia acompanhado o raciocínio, não era fazer um corte “cego”,

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

baixar o IMI de 0.40 para 0.36 ou 0.34 ou 0.38 num ano e depois 0.36 até ao final do mandato, que era a proposta que tinha, ou reduzir claramente no IRS. Aquilo que havia sugerido ao PS, era, atendendo às características do Concelho, que era importante ter presente que não era igual a todos os sítios do país, pudessem fazer uma diferenciação positiva relativamente à primeira habitação, ao domicílio fiscal, mas que mantivessem a mesma taxa para a segunda residência, que não era de quem morava no Município secundariamente, porque se fosse proprietário de uma segunda casa no Concelho de Sesimbra também seria penalizado com a taxa de IMI sem o benefício fiscal. Da mesma forma que para as empresas aquilo que apontavam era exatamente no domicílio fiscal da empresa, poder haver também essa majoração de benefício fiscal, e da mesma forma que aquilo que apresentavam, era que para o mercado de arrendamento, que era um mercado que não existia ou existia de forma muito deficitária no Concelho de Sesimbra, se devia apontar para uma descida ainda maior do que as descidas propostas para o residente de primeira habitação, com cuidado porque seria uma redução com impacto nos próximos anos nos orçamentos municipais, e, portanto, um regulamento fazia-se para 5 anos no mínimo, e era isso que estava previsto, que pudessem para o mercado de arrendamento de longa duração com valores não superiores a “x” registado na autoridade tributária, ter também um benefício fiscal ainda que pudesse ser maior do que aquele que um residente podia ter efetivamente no seu domicílio fiscal. -----

-----Disse também que, havia outras questões mais ou menos acessórias, que não o eram, e era preciso de certa forma “arrumar a casa”, que tinha a ver com os movimentos associativos e outras entidades do Concelho.-----

-----Aquilo que se pretendia era que o impacto pudesse, por um lado, ser o menos importante para o Município, no sentido da oscilação da sua receita fixa, e que pudesse trazer o máximo benefício para os primeiros residentes. Por outro lado, que para as empresas não fosse uma mera redução por via do seu rendimento, que, apesar de ser a prática em muitos municípios, confrangia sempre aquela lógica do limite dos 150 mil euros, porque se tivesse 149 mil euros de lucro tributável não tinha derrama, e se tivesse 141 mil euros já se aplicava uma taxa de 1,5%. Era admissível que pudesse haver uma progressividade, que era o que fazia sentido. Acrescentou que, relativamente ao IRC, infelizmente não tinham voto na matéria. --

-----Disse que tinham todos de caminhar com o equilíbrio necessário para ter os benefícios que eram possíveis sem colocar em causa a estrutura de receita do Município, mas não era menos importante dizer, e depois o Doutor Sardinha, a Doutora Graça ou o Técnico António Mendonça poderiam testemunhar, porque lidavam com isto todos os dias, que o Município tinha um orçamento e um saldo razoavelmente bom em comparação com os Municípios à volta, e todos tinham tido um excelente comportamento, até

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

para controlo da dívida pública deviam ser os principais contribuintes líquidos, e depois não eram compensados por isso, mas havia um problema, é que podiam até ter saldo de tesouraria, mas não tinham capacidade de poder cabimentar e executar, porque tinham as obras cabimentadas, com oscilações muitas vezes de revisões de preços que aconteciam quase mensalmente, e queriam ter rubrica para poder lançar procedimentos, mas não tinham. -----

-----Isto era uma realidade, andavam aqui a retirar de um lado e do outro quase diariamente, para fazer depois revisões orçamentais aos centimos, para conseguirem lançar os procedimentos para executar, e, portanto, do ponto de vista da ferramenta contabilística que tinham ao dispor, tinha uma complexidade que não era consubstanciada apenas com o saldo e com a receita de tesouraria do Município, aliás, hoje, o Município com a capacidade de endividamento que tinha, 70 milhões de euros, mas as regras apontavam para 11 ou 12 milhões por ano, continuavam a ter, sobretudo na rubrica de investimento, completamente esgotadas as rubricas orçamentais, sem conseguir ter alguma maleabilidade, como as obras grandes das escolas, o serviço de Saúde, a Capela, as estradas do Ub10, e tinham capacidade, eventualmente de endividamento e financeira até 6 milhões de euros de saldo, mas depois tinham as estradas que precisavam de reabilitar e continuavam nesta situação.-----

----- Não era ser populista, mas era muito fácil, e era uma coisa que tinham de pensar, porque de facto as estradas estavam num estado lastimável e, no índice de reclamações, estavam no topo das prioridades dos munícipes, as vias de comunicação, mas o Município mesmo tendo estes dados, não conseguia lançar empreitadas porque não conseguia cabimentar. Mesmo que decidissem pedir um empréstimo, não conseguiam neste momento executar mais do que estavam a executar, e estavam quase no limite, e era um exercício quase diário das rubricas orçamentais para conseguir lançar procedimentos por mais pequeninos que pudessem parecer. -----

-----Referiu que, o próprio, que estava altamente confortável com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), que conhecia há 20 anos, e que noutra âmbito e noutra dimensão até tinham tido várias discussões de aperfeiçoamento, e hoje sentia-se completamente marginalizado com o novo sistema de normalização contabilística, e tinha exatamente o mesmo problema de aprendizagem que todos tinham de ter, porque era mais complexo e mais moroso. Acrescentou, dirigindo-se ao Deputado Carlos Oliveira, que não era verdade que o pessoal do Município conseguisse fazer tudo com um “estalar de dedos”. Sobre os números pedidos pela Deputada Cláudia Mata, sobre as auditorias AIAVA, disse que registava e mandariam posteriormente, assim como os contratos, que fariam chegar com certeza. Os contratos que eram dos limites do Tribunal de Contas eram do Tribunal de Contas, que como sabiam, desde

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

janeiro de 2021 em diante, já eram 750 mil euros.-----

----- Disse que a complexidade deste novo sistema levava a este conjunto infindável de documentos, que eram muito mais do que os que tinham no POAL, o triplo, no mínimo, o que dificultava, e deveriam de vir acompanhados de alguns dados que não tinha nada a ver com o que era obrigatório, que se calhar dessem para perceber mais a questão política daquilo que efetivamente era o funcionamento da Autarquia. Já tinham comentado muito com alguns serviços sobre essa necessidade.-----

-----Referiu que os dados, sobretudo do impacto das medidas que haviam tomado, no Movimento Associativo e na economia local, sendo difíceis de ser mensuráveis, eram aqueles que os números davam, que significava que o Município de Sesimbra tinha sido o Município da Área Metropolitana que tinha tido melhor desempenho da taxa de desemprego, ou seja, havia descido apenas uma décima com o impacto da Covid, que já tinha recuperado. Do que tinham conhecimento, ao nível do Gabinete de Apoio ao Empresário, no final do ano 2022 não tinham conhecimento de encerramento de empresas que fossem em número mais considerável face àquilo que seria o normal, e, portanto, os números que tinham dos últimos anos, inclusive os de 2020, é que tinha havido mais nascimento de empresas mesmo no primeiro ano de Covid do que tinha havido de encerramento de empresas, e o volume de negócios, apesar de tudo, tinha-se mantido estável, o que era um bom sinal. -----

-----Sobre o terceiro e último indicador, até porque muito do impacto da Economia local de Sesimbra, particularmente na Vila, mas não só, resultava da restauração e do alojamento, tudo muito ligado ao turismo, tinha sido o Município da AML, com menor impacto no número de dormidas e no número de hóspedes em período de pandemia, ou seja, aquele que menos decresceu, apesar de ter decrescido como todos os outros, o que era perfeitamente justificável para o senso comum, porque eram um destino Periférico da AML. Já o Município que tinha tido maior impacto era a cidade de Lisboa, até porque o produto maior era o produto “City Short Brake”, e ninguém ia visitar monumentos, as pessoas queriam ir para o campo e para a praia. -----

-----Esses dados eram importantes, porque se soubessem a taxa de desemprego no desempenho do ano 2019, 2020 e 2021, se calhar era melhor perceber que as medidas face ao impacto da pandemia, teriam resultado. O resultado da taxa, comparativa, do número de dormidas do Município de Sesimbra no quadro da AML, com o decréscimo que tinha tido comparativamente a outros concelhos da região, se calhar tinha sentido ser demonstrado, e tentariam melhorar nesse sentido, porque para quem tinha essas ferramentas e esses dados que eram muito importantes à decisão que se tomava, deviam ser partilhados e ser públicos.

-----Referiu que, quando o Sr. Carlos Sargedas havia falado do Festival Finisterra, em Salvador da Bahia,

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

se não houvessem voos de Salvador da Bahia para Lisboa, não justificaria sequer Sesimbra lá ter estado, a não ser por uma questão meramente cultural, mas era o principal mercado pré-pandemia e neste momento era o mercado que estava a subir, mais uma vez, em toda a região de Lisboa, já estava na segunda posição, e estavam numa região que tinha 15 milhões de pessoas, e se calhar se fossem para São Paulo ou Rio de Janeiro ainda era preferível, mas custo/benefício tinha sido a presença, as relações, a dinâmica de Sesimbra para um conjunto de imprensa, mais do que os filmes e os vídeos da imprensa Estadual, tinha sido de uma dimensão que só conseguiriam medir se vissem que o mercado brasileiro, que, de acordo com os dados de 2019, representavam o sétimo ou o oitavo mercado em termos turísticos do Concelho de Sesimbra e o primeiro em Lisboa, tivesse alteração nos próximos 2 ou 3 anos. -----

-----De seguida, cedeu a palavra ao **Vereador José Polido** que, relativamente às questões colocadas pelo Deputado Ricardo Mendes, disse que falar em números, em estatísticas e em “tudo e mais alguma coisa”, às vezes podia levar a uma interpretação que não considerava a mais adequada.-----

----- Referiu que o IMI tinha subido só 0,83% relativamente ao ano anterior, e não estavam a falar aqui da atividade económica, mas, por exemplo, da Derrama, por exemplo, que tinha subido 1,85%, o que significava que a atividade económica no Município se havia mantido firme e havia crescido mesmo em pandemia.-----

-----Disse que não era assim tão otimista como o Deputado Ricardo para dizer que iriam receber este mundo e o outro de IMI, porque fazendo umas contas rápidas, passando de 615 para 640, estavam a falar de 25 euros. Para uma casa de 100 metros, estavam a falar de 2500 euros de valorização, que, aplicando os 0.4%, cerca de menos de 1 € por mês, e era disto que estavam a falar. Tinham de desmistificar toda esta problemática dos valores, porque eram estes os dados concretos. 640 euros versus 615 euros para uma habitação de 100 metros quadrados, era uma valorização de 2500 €.-----

-----Sobre a questão do endividamento de médio-longo prazo e sobre a dívida, disse que isso era verdade, mas havia uma coisa que não conseguiam controlar e bem gostariam que os senhores da Bancada do PS ajudassem, que tinha a ver com a transferência de competências na área da educação e da saúde, porque essa não controlavam e já sabiam que iriam ter, se calhar, dois ou três milhões de euros em encargos, e que havia um compromisso do Governo, com este Orçamento de estado, de alterar os mapas que tinham ido para os municípios, e isso não tinha acontecido, e o Senhor Ministro das Finanças que também tinha sido Presidente da Câmara, e agora, respondendo à Deputada Cláudia Mata o Conselho das Finanças Públicas, Lisboa, era o responsável por 65% das contas a pagar dos Municípios, portanto, o Município de Lisboa era o responsável, em 2020, dos 462 milhões de euros, por mais de 300 milhões, e isso

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

eram dados reais. -----

-----Disse que a Bancada do PS defendia o Governo, e bem, e em seguida fez a seguinte leitura: *“Portugal continuava, em 2021, a ser o Estado membro da União Europeia com o terceiro maior peso da dívida pública, com 127,4% do PIB”*. O PIB, para quem não sabia e que estava a ouvir em casa, era a riqueza gerada pelos portugueses, e isto representava que eram o 12º país com a maior dívida do mundo, sendo equiparados aos Barbados. Referiu que quando Portugal foi intervencionado pela Troika em 2011, tinham também a 12ª dívida mais elevada do Mundo, só que o PIB era só de 100%. -----

-----Disse também que ainda bem que tinha usado duas vezes a mesma argumentação, porque na primeira vez, tinha estado 1h e tal e tinha-se feito acompanhar pelos técnicos do Município, e tinha havido 0 perguntas da Bancada do PS, mas, agora, felizmente, tinham feito uma série delas, e bem, porque os Municípios também precisavam de ser esclarecidos. -----

-----Referiu que o Município mantinha a política fiscal que entendia que era correta, que levava a reduzir paulatinamente o endividamento de uma forma gradual, com cabeça tronco e membros. Era verdade que se o IMT não tivesse tido este comportamento, não tinham os 6 milhões de euros de saldo orçamental, e não podiam andar a prometer às pessoas que iam reduzir o IMI, o IRS, a Derrama, a ocupação da via pública, a publicidade, entre outros, e os senhores também sabiam que a questão da ERSAR impunha regras específicas àquilo que chamavam os tarifários dos serviços urbanos, porque tinham de enviar à ERSAR as contas da água, saneamento e resíduos, portanto os técnicos tinham de fazer mais 3 contabilidades dentro do Município, e tinham de reportar as contas à ERSAR, porque se tivessem o grau de recuperabilidade de custos inferior a 90%, a ERSAR podia dizer que tinham de aumentar o tarifário. Não podiam andar a dizer às pessoas que tinham uma boa receita e que iriam reduzir a água. Esses serviços eram autónomos e independentes nos quais não podiam mexer. Tinha de cumprir regras emanadas da ERSAR. Disse que se conseguissem ter boa execução orçamental, com os investimentos que iam fazendo na rede, com a redução das perdas, entre outros, poderiam lá chegar, mas não podiam dizer que iriam reduzir a fatura da água dos Serviços Urbanos de uma forma indiscriminada. Acrescentou que, sobre os tarifários regulados da Amarsul, estavam a pagar os tarifários regulados porque a Amarsul tinha determinados tipos de receitas, e a própria impunha os seus tarifários. Tinha de ter muito cuidado ao falar, para quem estava a ouvir, porque parecia que era só facilidades, mas não era porque tinham de cumprir regras que nem eram os próprios a fazer. -----

-----Sobre a quantidade de papel, disse que concordava que era muito papel porque tinham de enviar cerca de 30 mil folhas, mas então tinham de fazer uma proposta para o Governo que legislava sobre esta

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

matéria, para alterar as regras contabilísticas e para reduzir o nível de informação, que muita dela servia para rigorosamente nada. A CM limitava-se a cumprir aquilo que estava na legislação. -----

-----Referiu que uma da informação solicitada pela Deputada Cláudia Mara, estava evidenciada na documentação, nomeadamente a contratação administrativa - situação de contratos, que era o ponto 5.1, a contratação administrativa adjudicação por tipos de procedimentos, ponto 5.2, e encargos contratuais, que estava no ponto 6.2. -----

----- tudo isso era um dos relatórios que estava na prestação de contas, e esses eram os dados que estavam aqui, que tinham de cumprir e enviar, que estavam rubricados e auditados. -----

-----Sobre o sistema de Normalização Contabilística, e do custo benefício, das imparidades, disse que só tinham de cumprir as regras. O ativo tinha valorizado porque as regras de amortização tinham sido alteradas, e, portanto, tinha sido necessário revalorizar e RE expressar todos os ativos, e esse tinha sido um trabalho gigantesco por parte do património que tinha tido de valorizar bem a bem, como por exemplo, as mesas, as cadeiras, o edifício, entre outros bens que tiveram de ser revalorizados, e chegavam à conclusão que face às novas normas contabilísticas, tinham mais de 1.5 milhões de euros de património. Não havia benefício nem perda, era simplesmente fazer a atualização face às novas regras. Havia bens com tempo de vida útil maiores e outros menores. -----

-----Sobre a questão colocada pela Deputada Cláudia Mata sobre o Prazo médio de pagamento, disse que essa informação estava na página 25 do relatório, que era inferior a 30 dias. -----

-----Relativamente à questão feita pelo Deputado Paulo Caetano relativamente aos aumentos nas rubricas, disse que estavam a falar de um valor de 130 mil euros, e outra de 672 mil euros, e outra de 12 mil euros, que para um orçamento 60 milhões 701 mil euros de receita. -----

-----Sobre os 474%, disse que tinha a ver também com alteração da regra contabilística de uma das rubricas, aliás, no relatório, havia determinado tipo de rubricas contabilísticas que tinham sido alteradas, e que para uns mapas vinham de uma forma e para outros mapas vinham de outra, e até aí era difícil ver essas questões. -----

-----Relativamente aos apoios que tinham sido dados nas isenções dos CAIS, disse que aquilo era uma incubadora de empresas e, tal como aqui se havia falado, em dar um sinal no IMI, aqui tinham dado muito mais do que isso às pessoas, e estas haviam mantido o seu espaço para poderem trabalhar, sem pagar, só sendo cobrados na 2ª fase em 50% desse mesmo valor. Acrescentou que não podia dizer neste momento quantas eram porque não tinha aqui esses dados, assim como não saberia dizer quantos haviam beneficiado da isenção das esplanadas ou da isenção da publicidade ou a isenção do pagamento das rendas

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

do mercado, porque não tinha aqui esses dados. -----

-----Acrescentou que a proposta tinha sido genérica e abstrata e tinha sido para todos, tal como as refeições tinham ido para todos do escalão A, tal como as IPSS haviam recebido o reforço para os cabazes alimentares, que tinham sido para as que haviam solicitado e que tinham procura, não tinha havido discriminação nenhuma. -----

-----Por fim, sobre os contratos, disse que eram todos publicados no Base.Gov, e que havia uma plataforma na qual colocavam os contratos, e quem quisesse consultar algum contrato da CMS, estava disponível dessa forma.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Oliveira** que disse que tinha ouvido com muita atenção as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo Senhor Vereador José Polido, e só queria fazer um pequeno comentário. Referiu que na intervenção inicial do Vereador, tinham sido aqui ressaltados os números daquilo que tinha sido a intervenção da Câmara dos 2,9 milhões de euros, e mais a não-receita que daria o valor dos 4 milhões. Este era o perigo de virem aqui ressaltar determinado tipo de números, porque estava tão contente que as contas estavam certas, mas afinal estavam a meter em 2021, valores que correspondiam a 2020. Esta ânsia de mostrar, depois tinha este problema de 2,9 milhões haver parte que vinha de 2020.-----

----- O segundo problema tinha a ver com o facto de o Vereador estar a apresentar um conjunto de números, com satisfação, e era perigoso quando se dizia que tinham tido um grande resultado de 6 milhões de euros, porque tinham era de ter esta contenção que Câmara Municipal pedia, que não dava para andar a baixar impostos e taxas, mas a euforia com que apresentava os 6 milhões dava a ideia que os mesmos eram para ficar, portanto tinham de ter algum cuidado nestas demonstrações porque as euforias não eram euforias, mas sim um bocadinho para a propaganda. Estavam aqui para fazer uma gestão política, e a gestão política em que se metiam e tinham depois dificuldade, era ter de “andar para trás” e pedir que tivessem calma porque os 6 milhões não eram para gastar de qualquer maneira porque provinha de um imposto muito volátil. -----

-----O gosto pela propaganda fazia com que às vezes tivessem destas “escorregadelas”, e os deputados iam atrás porque estavam aqui também para ajudar a gerir o Município. -----

----- Por fim, sobre o regulamento que tinha sido prometido, quer pelo PS quer pela CDU, disse que eram só espectadores e que estavam à espera, e solicitou que tivessem cuidado com a propaganda, porque a seguir podiam ter alguma dificuldade. -----

-----Usou da palavra a **Deputada Cláudia Mata**, que disse que no meio de tanto entusiasmo do

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Vereador José Polido, agradecia a informação relativamente ao défice da dívida pública, que não sabia que era equivalente à da Ilha de Barbados, que conhecia bem porque já tinha tido a oportunidade de passar lá férias e que era muito bonita. -----

-----Referiu que na reunião conjunta das comissões, nem o PS nem qualquer outra força política tinham colocado qualquer questão, e não apenas o PS. -----

-----Relativamente à Política Fiscal, referiu que não tinha dito que se devia de baixar “aqui” ou levantar “ali”, apenas havia constatado que da Área Metropolitana de Lisboa (AML), Sesimbra devolvia 0% de IRS ao município, tinha 1 IMI de 0,4% e estava no penúltimo lugar na cobrança de tarifas de saneamento e resíduos mais elevado. Não tinha inventado nada, apenas constatado factos. -----

----- Acrescentou que sempre tinha dito, já na altura em que era vereadora, que a ideia não era baixar todos os impostos, e sabiam perfeitamente que o Vereador Américo Gegaloto até tinha uma expressão muito própria que era “contrabalançar”, fazer um equilíbrio entre os impostos, porque de facto não era possível, ainda por cima com um imposto como este, uma receita do IMT que era volátil, estarem sujeitos a ficar desprevenidos. -----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Sandra Carvalho** que após cumprimentar todos os presentes, endereçou os parabéns a colega Deputada Luísa Carvalho, porque de facto muito prestigiava o Concelho ter alguém num quadro da Direção de uma instituição como o Instituto Politécnico de Setúbal. -----

-----De seguida, disse que tinha ficado aqui muito claro que, de facto, se o anterior relatório de contas já era difícil de apreciar porque, não tendo tempo atribuído, não tendo assessorias técnicas que ajudassem a perceber os documentos, já era difícil fazer uma apreciação técnica do documento, neste momento não havia palavras para descrever. A própria não conseguia, e, eventualmente, só quem trabalhava com isso diariamente é que conseguiria perceber isto, e se calhar ia perceber bem, mas continuando a trabalhar, porque neste momento ainda havia muita coisa que ainda tinha de ir “apalpando terreno”. Nessa medida, faziam uma apreciação meramente política e, assumindo, que se regulavam por aquilo que era o conhecimento das deliberações e as atividades que a Câmara havia desenvolvido durante o ano, e aquela compilação que se fazia neste momento no dito relatório onde se fazia uma apreciação que já ia sendo menos genérica, e um bocadinho mais aprofundada, porque até esse já tinha mais de 80 páginas. -----

-----Disse que havia uma coisa sobre a qual tinha a certeza, era que as promessas que a CDU fazia à população, cumpria, e, portanto, se tinha no seu programa que de facto iria procurar dar maior justiça social e tributária aos cidadãos, com certeza que o iria fazer, e de uma forma equilibrada, sem desequilibrar as contas do Município, como vinha sendo a prática na adoção das diversas medidas que tinha adotado ao

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

longo dos anos em que havia assumido a gestão do Município: Decisões equilibradas, ponderadas, planeadas, executadas com muito rigor, com muita organização, e com muita colaboração por parte dos técnicos e de todo o pessoal da Câmara Municipal de Sesimbra, a quem saudavam nessa ajuda, e só assim chegavam ao ponto em que estavam agora, porque se daqui a uns anos dissessem que iriam ter esta discussão, se calhar ia ser muito difícil imaginar que iriam estar a discutir esta situação. -----

-----Disse ainda que estavam financeiramente equilibrados, não dizia muito bons nem bons porque a situação financeira nuns anos era muito boa e podia acabar por cair associada a dois ou três factos, e estragar todo o planeamento financeiro e a execução financeira, fosse nas empresas fosse em casa, nos municípios ou nos governos, e, portanto, não era só receita que era algo volátil, atualmente a gestão financeira era muito volátil. -----

-----De seguida, fez a seguinte leitura:-----

-----*“A CDU votará favoravelmente a esta Prestação de Contas do ano 2021, por quanto num quadro de enorme exigência, há de ser o segundo ano da epidemia COVID com a consequente retração da economia nacional e internacional sem aumento de impostos municipais. Mantendo todos os apoios concedidos a todo o Movimento Associativo e aumento de apoio aos cidadãos e empresas, o Executivo consegue obter o resultado de execução superior a 70% do planeado inicialmente nas GOP’s aprovadas. -----*

-----*Não menos importante, é a continua e progressiva redução da dívida total do Município, que se cifra neste momento em cerca de 14 milhões, menos 20 milhões do que há 9 anos atrás, com contínuos e importantes investimentos feitos no Concelho, um pouco por todas as áreas, desde a educação aos Equipamentos, da Mobilidade à Ação Social. -----*

-----*No entanto, muito há a fazer e as exigências que se nos apresentam são grandes e bem desafiantes, mas como anteriormente já provámos, a CDU está à altura dos desafios que lhe são colocados, e, com uma gestão rigorosa, organização e planificação, temos conseguido um desenvolvimento sustentável do Concelho, mantendo a sua situação financeira saudável e cada vez mais equilibrada. -----*

-----*Uma palavra de agradecimento para todos os trabalhadores do Município de Sesimbra, que com o seu profissionalismo, dedicação e esforço muito têm contribuído para os bons resultados obtidos em prol da população de Sesimbra”. -----*

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Presidente e pelo Vereador, e disse que, admitindo que houvesse aqui alguma falha no raciocínio daquela aritmética simples, concretizava com uma questão muito direta: Se em 2020 e 2021, e contornando a questão de estarem a incorporar dados de 2020 no relatório de 2021, se tinham 2 milhões

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

e 900 mil euros, mais a perda de receita de cerca de um milhão, o tal número redondo de 4 milhões, a pergunta concreta era se isto significava mais despesa e menos receita, se tinha havido ou não, e com que valor, poupança de despesa. Porque tinha-se falado, por exemplo, nas refeições escolares, nos transportes escolares, em algumas atividades culturais que haviam significado perda de receita, mas também menor despesa. Perguntou se havia um número à volta deste valor, e o que é que este representava neste balanço todo, porque a aritmética simples seria parcialmente explicada com um número desses, se este existisse, e dependendo do seu valor.-----

-----A pergunta concreta era esta, se houve um aumento de despesa, diminuição de receita em algumas coisas, e poupança de despesa, que certamente teria havido, e o que é que isso representava em termos de número. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Ricardo Mendes**, que disse que também só tinha querido fazer um alerta relativamente à questão do valor patrimonial tributável, porque realmente o Vereador José Polido tinha dado o exemplo de um imóvel com 100m², e o próprio poderia dar aqui o exemplo de um imóvel de 200m², mas o que tinha querido dizer era que se se mantivesse todos aqueles que eram os critérios para o cálculo para o valor patrimonial tributável, e se houvesse esse aumento que iria haver porque a Portaria tinha sido aprovada desde janeiro de 2022, os Municípios para o ano iriam pagar mais 4% se tivessem novos imóveis, reabilitação ou se pedissem uma reavaliação. -----

-----Disse que o Vereador havia referido, e muito bem, que a Derrama tinha aumentado 1,85%, mas também era importante dizer que esta representava menos de 1% das receitas próprias do Município, e, já que estavam com vontade de falar de municípios da AML, dava o exemplo do Município de Alcochete, que por acaso tinha menos de metade dos habitantes do Município de Sesimbra, tinha um volume de negócios muito superior ao de Sesimbra, e consequentemente a Derrama também era superior à do Município de Sesimbra.-----

-----Queria ainda deixar a nota, porque o Presidente da CM dizia, e bem, que Sesimbra tinha sido dos municípios que menos havia sido afetado pela questão do turismo, com a questão da pandemia, mas , como já havia referido numa sessão da AM, que o Presidente depois havia reforçado com a questão do REFPAR, e voltava a reforçar esta nota porque era importante os munícipes perceberem, que no período pré-pandemia, em 2019, o número de dormidas no Município tinha sido 203 mil, e a capacidade hoteleira, não contabilizando o alojamento local, tinha cerca de 1179 camas, ou seja, se multiplicassem isso por 365 dias, estavam a falar de 430 mil camas, e se fossem fazer a proporção, era 47% de ocupação no Município, o que significava que tinham uma taxa de sazonalidade no Município.-----

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Recordou que o Senhor Presidente da CM, também tinha dito na altura das eleições que o Município de Sesimbra não tinha sazonalidade, e reforçou que 50% dessas dormidas tinham sido dentro dos meses junho, julho, agosto e setembro, nos meses do verão. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM** que começou por responder ao Deputado Ricardo Mendes, dizendo que reconhecia que tinham sido dados alguns números, mas se não fossem dadas as devidas explicações, incorria no erro de continuar a dizer algumas asneiras. -----

-----Referiu que as 11799 camas não eram os empreendimentos hoteleiros, mas sim os apartamentos turísticos mais as camas dos hotéis. Referiu também que tinha sido a primeira vez, em 2019, que o Município havia ultrapassado a barreira das 200 mil dormidas. Acrescentou que 2018 tinha baixado número dormidas relativamente a 2017, e o aumento do volume de negócios das unidades hoteleiras havia aumentado 20%, o que significava que o preço por quarto havia aumentado mais de 20% que o ano anterior. -----

-----Solicitou ao Deputado que visse os números, mas que tomasse atenção, e quando falasse aqui da sazonalidade, que fosse verificar os gráficos de 2010 até 2020 para verificar que a pirâmide que dizia que existia, havia “achatado” completamente. Havia 3 meses do ano que eram dramáticos, nomeadamente outubro, novembro e janeiro, por muito que o *réveillon* pudesse contribuir para mitigar o primeiro mês do ano, e era nesses três meses do ano que o Município tinha de ter atratividade nas mais diversas áreas, que não era “sol e mar” garantidamente, e vinha fazendo-o bem, assim como a Sra. Vereadora o fazia muito bem: Por um lado, captar incentivos no conceito de “*Meeting Industry*”, como tinham feito agora ao participar num Congresso Internacional com o apoio do Turismo de Lisboa, como não podia deixar de ser, porque para se captar esse tipo congressos não era gratuitamente, em Lisboa então era um trabalho quase diário de captação com 3 anos de antecedência, e, fazia-se também por aquilo que era a promoção do destino no conceito de “*City Short Brake*”, que era a visita ao património, os produtos regionais e gastronomia. -----

-----Solicitou que o Deputado fosse rigoroso na avaliação porque o Município de Sesimbra, no quadro da AML, era dos municípios com mais défice de camas face à procura, aliás não tinha tido alteração nenhuma, com exceção do FourPoints, nos últimos 10 anos, e se não fosse o alojamento local, que representava 3 mil camas face às 1.400 que existiam de alojamento convencional onde se incluía os apartamentos turísticos, Sesimbra não tinha tido, do ponto de vista económico, os números que teve nos últimos anos. -----

-----Referiu que tinham de se criar equilíbrios com o alojamento local porque, a exemplo de Lisboa,

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

tinha de ser equilibrado com o mercado de arrendamento de longa duração. Não era tarefa fácil, mas tinham de ganhar camas no alojamento convencional para poder ter uma resposta e uma capacidade hoteleira que permitisse ir ao encontro da procura, porque se era verdade, e era um facto, que os meses junho, julho, agosto e setembro eram os mais altos, estavam a falar de meses com uma ocupação próxima dos 100%, significava que tinham uma margem de progressão muito maior.-----

----- Disse que para indústria hoteleira era muito preferível ter mais quartos por mais tempo com menos hóspedes do que ter mais hóspedes, isso significava massificar. Se não fosse esse o conceito que o Deputado defendia, então se calhar havia aqui alguma discrepância daquilo que era a visão do Partido Socialista nesta matéria.-----

----- Relativamente à questão da propaganda, disse que percebia que tinham de ter um equilíbrio perante aquilo que conheciam à volta, mas um facto era um facto, e o Município de Sesimbra tinha tido o melhor resultado líquido de sempre, e isto era um facto indesmentível. Resultaria de um conjunto de fatores, particularmente de um deles, e de uma estrutura da receita que tinha tido um impacto grande naquilo que era a estrutura de receita Município, mas era o melhor resultado de sempre, tal como o ano anterior tinha sido melhor do que o outro ano.-----

----- Referiu que o Deputado Carlos Filipe Oliveira lembrar-se-ia com certeza de anos difíceis em que se calhar estes números invertiam com um (-) menos antes do 6 ou antes do 3, e também não tinham deixado de lutar pelo Concelho, e muitas vezes com muitas reservas que aqui tinham sido colocadas no sentido exatamente inverso, nesta casa, com muitas dúvidas à capacidade de investimento do Município.-----

----- Disse que o problema não era se eram mais *friendly* nas receitas fiscais e na Política fiscal com os cidadãos ou menos, aliás, não havia nenhuma relação, mas havia uma relação que se devia ter com base naquilo que era a estrutura e o conhecimento da estrutura de cada um dos municípios, com responsabilidade. Não podiam equiparar a capacidade de receita do Município de Lisboa/Cascais/Oeiras/Mafra com a capacidade e a estrutura da receita do Município de Sesimbra, que era muito pouco volátil. -----

----- Estes eram exemplos de municípios com taxa turística. A Derrama no Concelho de Oeiras era uma coisa brutal, e a taxa turística da Cidade de Lisboa equivalia ao orçamento da Câmara de Sesimbra, portanto tinham de olhar para isto num quadro daquilo que eram as capacidades e daquilo que era a estrutura de receita, e aceitavam sugestões, só não aceitavam só sugestões para descida dos impostos. -----

----- Referiu que a preocupação maior era saber que tinham necessidades que a população sentia, nomeadamente ao nível da reabilitação da rede viária, de equipamentos que faziam falta na Quinta do

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Conde, e, apesar de terem capacidade financeira e capacidade de endividamento, não estavam com capacidade técnica, e, do ponto de vista processual, de as colocar em prática, mas também, se não tivessem cá o dinheiro não conseguiam pôr em prática. -----

----- Neste momento, aquilo gostariam era que estes 6 milhões de euros estivessem no alcatrão e nas estradas do Concelho. Acrescentou que nenhum partido aqui apresentado no Órgão Executivo tinha o sentimento de deixar as pessoas sofrer nas estradas que havia, o que queriam era resolver os problemas, mas não vinham conseguindo, e muitas das vezes não tinham essa capacidade, e isto tinha de ser dito com todas as letras, porque substituíam-se à Administração Central, e não dizia isto no sentido pejorativo da palavra. -----

----- Informou que, para surpresa do Executivo também, a Câmara iria ficar responsável pela construção do novo Centro de Saúde da Quinta do Conde, tinham assumido ontem com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT), portanto seria a Câmara a candidatar-se ao PRR. Iria criar mais dificuldades ao Município na gestão processual de outras matérias que eram da sua responsabilidade, mas se não fosse assim não lançavam. -----

----- Por fim, disse que era muito fácil estar do lado da barricada quando se decidia, por exemplo, reduzir o IMI aos cidadãos de primeira residência, e se dizia que se não fosse o PS isso não aconteceria, mas quando as estradas estavam todas por pavimentar e tinham dificuldade, diziam sempre que tinha de ser pavimentado e até apresentavam recomendações para que isso acontecesse. Era muito fácil fazer assim política, mas do seu lado não faziam assim e mantinham a seriedade de “pé” independente do resultado poder ser desfavorável à sua força política, e mantinham sempre a coerência. -----

----- O Presidente cedeu a palavra ao **Vereador José Polido**, que relativamente à questão da Covid, referiu que havia um paragrafo no relatório orçamental que dizia o seguinte: *“Assim, em face do anteriormente dito, as despesas ocorridas com medidas de combate aos efeitos da COVID 19 desde o início da pandemia até ao final de 2021 totalizaram o valor global de 2,9 milhões de euros...”*. -----

----- Relativamente às questões orçamentais, disse que há pouco tinha dito que o Estado Português tinha uma dívida de 127,4% do PIB, o que significava que, o Orçamento de Estado era feito com base zero, ou seja, começava-se, chegava-se ao final, tinham as dívidas e faziam. O Deputado Carlos Oliveira tinha referido uma questão que tinha a ver com o empolamento dos orçamentos, mas se Sesimbra tivesse uma dívida como, infelizmente, já tinham tido, de 28 milhões de euros aos fornecedores diretos, essa dívida tinha de estar obrigatoriamente no orçamento, mas as regras contabilísticas neste momento tinham sido substancialmente alteradas. Antigamente, sabiam que tinham um património e que tinham 20 ou 30

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

milhões de euros que podiam colocar no mercado imobiliário, e tinham o orçamento equilibrado, sabiam e tinha sido opção não realizar isso, mas era obrigatório, porque se não colocassem aquela dívida, não a poderiam pagar, e, portanto, era difícil depois realizar a outra a seguir, daí haver as tais taxas de execução dos orçamentos de 60%, 50%, e municípios com muito menos, bastava ver no anuário dos municípios essas taxas de execução.-----

-----Tinham vindo paulatinamente a descer a dívida e por isso tinham agora as taxas de execução acima dos 90%, que já considerava bom.-----

-----Não havendo mais questões sobre este ponto, e tendo o Presidente da AMS colocado à votação o 1º ponto da ordem de trabalhos: **“Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e Prestação de Contas de 2021”**, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, apreciou o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais, bem como apreciou e aprovou, por maioria, com 12 votos a favor (10 CDU, 1 CHEGA e 1 MSU) e 12 abstenções (8 PS, 1 CHEGA, 2 PPD/PSD e 1 BE) os documentos de Prestação de Contas de 2021. -----

-----O GM do PS fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----O GM do PPD/PSD fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----De seguida, foi colocado à votação o 2º Ponto da ordem de trabalhos: “Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2021”, que a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, apreciou e aprovou por maioria, com 22 votos a favor (10 CDU, 8 PS, 1 CHEGA, 2 PPD/PSD e 1 MSU) e 2 abstenções (1 CHEGA e 1 BE), a Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2021. -----

-----A Deputada Madalena Serra, do GM do CHEGA, apresentou a seguinte Declaração de Voto referente aos 2 pontos da Ordem de Trabalhos:-----

----- *"A bancada do CHEGA, na sessão ordinária de dia 27 de Abril de 2022 com a seguinte Ordem do Dia: ---* -----

-----1. *Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e Prestação de Contas de 2021;* -----

-----2. *Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2021;* -----

-----*Votou favoravelmente á aprovação destes dois pontos* -----

-----*A gestão do município esteve e quase em exclusividade a cargo da CDU durante o período em análise, todas contas e resultados apresentados vem na continuidade de um trabalho por eles desenvolvido, o CHEGA não teve qualquer intervenção nas aprovações e alterações orçamentais de todo o ano 2021, ainda que de uma breve análise do extenso conjunto de documento e após duas sessões de esclarecimento*

Ata nº 10 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

a apreciação é favorável, dado o período atípico que vivemos nestes dois últimos anos e a necessidade de ajustes e despesas extraordinárias para fazer face a uma pandemia que foi vivida, está o CHEGA a crer que o resultado foi positivo, pois apesar do real crescimento e não programado de despesas sem retorno consegue ainda o executivo apresentar um saldo francamente positivo. -----

-----Foi igualmente julgado favoravelmente pelos munícipes do concelho este exercício em eleições, assim nada há a opor ao resultado apresentado e consequentemente não vai o CHEGA desconsiderar a opinião da maioria dos munícipes. -----

-----Deixa o CHEGA a garantia de real fiscalização e acompanhamento dos trabalhos realizados no orçamento 2022 e do atual exercício. -----

-----Pela bancada municipal do CHEGA em Sesimbra -----

-----A Líder de bancada -----

-----Madalena Serra -----

-----27 de Abril de 2022” -----

*-----Não havendo mais nada a tratar, a **Deputada Sandra Carvalho** solicitou a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.* -----

-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram uma hora do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e dois.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que após aprovação vai ser assinada pelo Presidente e por quem a lavrou. -----